

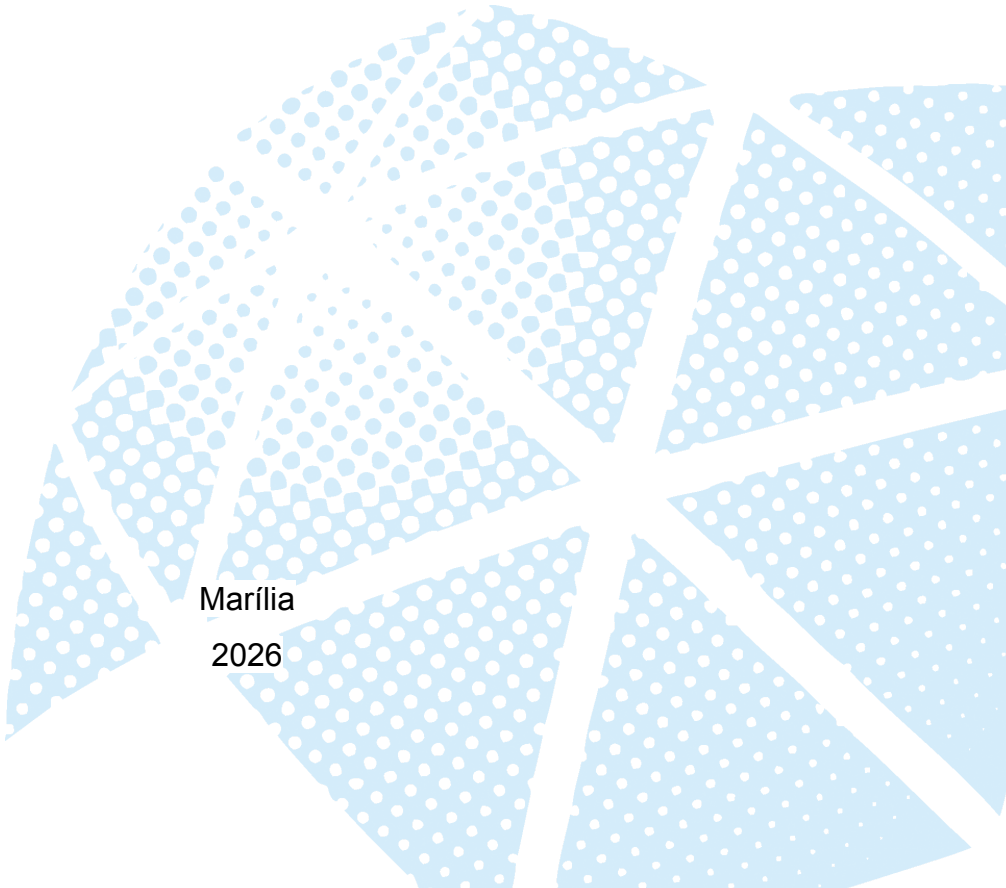
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - Campus de Marília

ANA CAROLINA GRÜNEWALD MASSARI

**MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS FALAM: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL**

Marília

2026



ANA CAROLINA GRÜNEWALD MASSARI

**MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS FALAM: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Universidade Estadual
Paulista (UNESP), FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS, Marília, para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Duarte
Fernandes dos Passos

Marília
2026

M414m Massari, Ana Carolina Grünewald
Mulheres migrantes venezuelanas falam: uma análise interseccional
/ Ana Carolina Grünewald Massari. -- Marília, 2026
75 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Recepção migratória. 2. Migração venezuelana. 3. Gênero. 4.
Feminismo e Relações Internacionais. I. Título.

ANA CAROLINA GRÜNEWALD MASSARI

**MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS FALAM: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentada à Universidade Estadual
Paulista (UNESP), FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS, Marília, para
obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

Data da defesa: 09/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
UNESP - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - Campus de Marília

Prof. Me. Enndiel dos Santos Mendes
UNESP - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - Campus de Marília

Prof. Me. Danielle Gonçalves Passos do Nascimento
UNESP - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - Campus de Marília

Dedico este trabalho à minha
família, pai, mãe, irmãos, avós, os
meus maiores exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Alexandre e Juliana, os quais me deram as bases necessárias para a realização da graduação. Além disso, aos meus irmãos, Lucas, Gabriela e Giovana, meus parceiros de vida e melhores amigos, sou imensamente grata por todo apoio. De maneira especial, agradeço a cada pessoa da minha família, meus tios e tias, primos, meu avós, Joaquina, Paulo, Thereza, e meu namorado, Kauã, por me darem assistência emocional para que eu continuasse forte perante meus objetivos.

Agradeço também, aos meus amigos de jornada acadêmica, tanto em Santa Maria, quanto em Marília, eles foram essenciais em cada passo dado, fizeram da universidade uma casa e um local de aconchego para mim, sempre levarei as memórias e experiências únicas que vivenciamos ao longo desses anos.

Ademais, sou grata ao professor Dr. Rodrigo Duarte Fernandes do Passos, no qual me orientou, me deu aulas e foi meu coordenador, pessoa que pude contar fielmente para conseguir acesso a formação acadêmica, obrigada por todo amparo dado a mim e aos alunos de Relações Internacionais, o senhor foi essencial na minha jornada.

Por fim, agradeço a UNESP de Marília por esses anos de aprendizados e por me conceder uma formação crítica e transformadora, levo comigo tudo o que eu aprendi em sala de aula, mas também nos corredores e nos intervalos, um espaço que foi marcante e decisivo na minha formação.

RESUMO

Este trabalho busca, através da análise qualitativa e quantitativa, demonstrar as experiências de mulheres venezuelanas ao buscarem o Brasil como nova moradia. A análise é feita através da metodologia interseccional, primariamente, conceituada por Kimberlé Crenshaw, trazendo aspectos de gênero, raça, classe, questões de maternidade e nacionalidade para o debate migratório. Trata-se de uma metodologia interseccional, utilizada para a análise de contextos, através de documentário e a utilização de recorte de entrevistas de dissertações acadêmicas, buscando de maneira ampla analisar seus discursos, a fim de trazer voz às experiências dessas mulheres. Os principais objetivos são compreender as maneiras combinadas em que discriminações ocorrem e moldam fortemente a inserção social das mulheres venezuelanas no Brasil. Por fim, pode-se observar que há uma clara confluência de fatores que se estruturam e criam grandes obstáculos para que essas mulheres possuam igualdade de direitos no país.

Palavras-chave: Recepção Migratória; Migração Venezuelana; Gênero; Feminismo e Relações Internacionais

ABSTRACT

This study aims, through qualitative and quantitative analysis, to demonstrate the experiences of Venezuelan women seeking Brazil as a new place of residence. The analysis is conducted using the intersectional approach methodology, primarily conceptualized by Kimberlé Crenshaw, addressing aspects of gender, race, class, maternity, and nationality. This is a documentary analysis and literature review of reports from international organizations, a documentary, and excerpts from academic dissertation interviews, broadly examining their narratives to give voice to these women's experiences. The main objectives are to understand how combined forms of discrimination occur and strongly shape social integration in the country. Finally, it can be observed that there is a clear convergence of factors that structure and create significant obstacles for Venezuelan women in Brazil to achieve equal rights.

Keywords: Migration reception; Venezuelan Migration; Gender; Feminism and International Relations

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. POR QUE ELAS MIGRAM?.....	11
3. ELAS FALAM.....	19
3.1. FAMÍLIA E MATERNIDADE.....	21
3.2 QUESTÃO LABORAL.....	32
3.3 XENOFOBIA.....	42
3.4 RAÇA.....	53
4. CONCLUSÃO.....	61

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório é reconhecido historicamente, devido a diferentes contextos e cenários, dessa forma, ele é moldado pelas experiências apresentadas por quem atravessa essa mobilidade. Na contemporaneidade, esse processo tem sido marcado por mudanças, sendo considerada nesse texto a presença significativa e cada vez mais presente das mulheres (Angelini, 2020).

Percebe-se que a autonomia feminina contribui para que suas histórias sejam escritas sem que haja um componente masculino em questão, isto é, se de alguma maneira as mobilidades das mulheres ocorriam para acompanhamento de seus parceiros, hoje, elas sozinhas os fazem para conseguirem uma mudança de vida própria. Tendo em vista esse enquadramento, faz-se necessário entender e analisar como essa realidade impacta em suas vidas.

Além do fator feminino, há também a mudança de escopo em relação a migração contemporânea, visando a ideia de que as mobilidades ocorrem apenas para o norte global, ou seja, o que antes era mais estudado e comum, deixa de ser uma regra e os fluxos migratórios entre países do sul passa a ser expressiva¹. Dessa forma, o presente trabalho traz a visibilidade para esse tipo de migração, na qual foi extremamente significativa para a região, visando o aspecto feminino de gênero.

Tendo em vista o escopo apresentado, o Brasil tem se consolidado como um dos principais países acolhedores de imigrantes venezuelanos, devido ao cenário sócio-econômico e político, enfrentado pelo país há anos, cenário este que contribui para a insegurança alimentar, violências institucionais, falta de itens básicos para a saúde da população. Por conseguinte, muitos venezuelanos foram forçados a

¹ Embora o tema da colonialidade não seja o foco central deste trabalho, sua compreensão é indispensável para um entendimento aprofundado das estruturas de poder que atravessam a vida das mulheres venezuelanas. Para um aprofundamento sobre a colonialidade do gênero e suas implicações na constituição das hierarquias modernas de raça, gênero e humanidade, ver Lugones (2014), cuja reflexão oferece uma chave analítica central para leituras feministas descoloniais.

buscarem um novo lar, assim, os países fronteiriços, como Brasil passaram a receber um grande contingente de venezuelanos.

Diante da realidade e a heterogeneidade dessa movimentação, pretende-se analisar as experiências femininas, devido ao fato de passarem por essa situação de maneira atípica e com suas devidas especificidades. Sendo então, marcados por desigualdades estruturais que se deparam ao chegarem ao Brasil, nesse cenário, a utilização da teoria interseccional torna-se essencial para que haja uma diversidade de pensamento na maneira em que as desigualdades se aglutinam, demonstrando que questões de gênero raça e classe são utilizadas para a distinção social.

Destarte, há na presente pesquisa a incorporação de dois outros fatores que tornam a experiência delas ainda mais complexas: a xenofobia e a maternidade. Portanto, a interseccionalidade como aporte teórico, permite a compreensão de que a xenofobia, racismo, desigualdade de gênero não ocorrem de maneira isolada, elas são construções que atuam de maneira conjunta, nas quais moldam fortemente as trajetórias dessas mulheres.

Logo, a pesquisa busca uma forma de dar visibilidade a essas mulheres, através de recortes de entrevistas, como as apresentadas nas pesquisas de Gehlen (2019) e Menine (2022) e também, do do Documentário Adelante - A Luta das Venezuelanas Refugiadas no Brasil (2020). Assim, pode-se ter os relatos de suas experiências de maneira formal, na qual elas contam o que passaram, posto isso, o objetivo é elucidar as dificuldades enfrentadas por elas ao tentarem a inserção no Brasil, além de trazer o aspecto de gênero ao debate migratório, como forma de diminuir lacunas perante a temática no ambiente acadêmico.

Considerando as entrevistas é possível delimitar que as mulheres acabam sofrendo pelo machismo, racismo e xenofobia estruturais presentes na sociedade brasileira. Nesse viés, a principal orientação deste trabalho é entender como as desigualdades enfrentadas por elas podem ser entendidas de uma forma interseccional no Brasil e como elas moldam a inserção que essas mulheres possuem na sociedade brasileira. Isto posto, pode-se argumentar então de forma específica os seguintes objetivos: a) indicar as motivações para a mudança; b)

examinar como as desigualdades se unem e tornam-se fatores importantes para sua exclusão social; c) compreender aspectos da maternidade, raça, classe e gênero dentro da perspectiva interseccional.

A fim de desenvolver todas as nuances propostas nessa análise, o trabalho está dividido em dois capítulos principais, o primeiro capítulo traz as motivações pelas quais as imigrações ocorreram, levando então a uma contextualização do cenário venezuelano, destacando as particularidades enfrentadas por elas dentro de seu país de origem e também durante o trajeto para a chegada no Brasil. O segundo capítulo dedica-se à análise das narrativas delas, evidenciando suas experiências dentro do país, em viés de investigação, portanto, dividido nos subtítulos: maternidade, questão laboral, xenofobia e raça, buscando elucidar as discriminações a que elas são submetidas.

2. POR QUE ELAS MIGRAM?

Diante da diversidade e das múltiplas vertentes as quais serão abordadas neste trabalho, foram recolhidos agrupamentos de falas femininas sobre motivações para a migração, mas além disso, busca-se entender o funcionamento desse processo para elas, o que elas estão suscetíveis e também, a forma em que enxergam sua própria condição dentro do Brasil.

Dessa maneira as mulheres falam sobre os aspectos principais de uma crise que a Venezuela enfrenta há tantos anos, sendo essa motivação migratória, portanto dessa forma, é possível dar visibilidade para suas histórias, como pode ser primariamente delineado nos discursos abaixo:

Era muito deprimente ver minha mãe cozinhando a comida no quintal. Era muito triste. Não tinha nada para comprar, não tinham medicamentos. E eu trabalhava. Trabalhei até o fim. Mas não dava pra viver assim. É preciso ter alguma qualidade de vida, alguma estabilidade. Então começou a ficar tudo muito inseguro nas ruas. Mas agora, aqui, eu ainda tenho medo. Medo de alguém me encontrar aqui. Não sei. Há muito abuso de poder. Eu me sinto muito pequena, sabe? Tenho medo de voltar e ser vítima. Eu penso em voltar e me dá medo. Meu coração acelera (Margarida, 2021 *apud* Menine, 2022, p.115)

Eu decidi migrar por causa da comida, medicina, violência, muita bala disparada, tiros, bomba, as pessoas marchavam perto da minha casa e atiravam bomba. A gente se trancava dentro de casa, porque se você ficava no meio deles, sem querer quando voltava do trabalho, você morria. E também não tinha mais transporte então todos tinham que caminhar como daqui ate São Roque [fazendo alusão à distância] [...] eu sempre dizia pros meus hijos que o governo podia golpear eles então no podia ir contra o governo e isso me dava muito medo [...] estavam matando muitos niños e mujeres principalmente, então morreram quantidades, e muitas pessoas presas tambien sendo ou não inocente, então eu não deixava mi hijos ir para escola e nem sair de casa, porque por qualquer coisa eles prendiam, matavam e atiravam bomba (Azaléia *apud* Gehlen, 2019, p. 85)

Meio quilo de sobra de arroz picado está caro demais. E sobras de arroz é basicamente a comida que dávamos aos cães. Isso é o que estamos comendo na Venezuela (Yulema *apud* Adelante, 2020, 00:10:09)

A Venezuela estava um caos. Não havia remédio, os remédios estavam muito caros e continuam muito caros. O preço da comida continua aumentando, as pessoas já não são mais as mesmas. Estão desnutridos. Milhões de pessoas estão mal, feias e não possuem recursos para comer, as crianças morrem de fome. Há mães que têm algo para dar aos filhos, outras os abandonam nas ruas (Daynelis Del Valle, *apud* Adelante, 2020, 00:10:24)

Tendo por base os depoimentos acima, é possível perceber que a questão da inflação, falta de insumos básicos e medo foram motivações para que essas mulheres venezuelanas fossem forçadas a escolherem um novo rumo. A crise enfrentada por elas no país é perceptível em cada uma dessas falas, revelando um colapso social generalizado, no qual tiram de sua visão uma perspectiva de futuro próspero, a emergência de deslocamento torna-se então, uma maneira de se estabelecer longe do ambiente hostil, na qual estão sendo submetidas.

Portanto, pode-se entender várias versões do sofrimento enfrentado, Margarida, expõe o medo da perseguição política, mesmo com o deslocamento ao Brasil, já Azaléia, demonstra a parte difícil de conviver com a violência e abuso de poder na porta de sua casa, destaca-se também a violência sofrida pelas mulheres e pelas crianças. Além dos relatos acima, Yulema e Daynelis, reforçam o colapso do acesso a condições básicas como: alimentação e saúde, expondo a situação de miséria enfrentada.

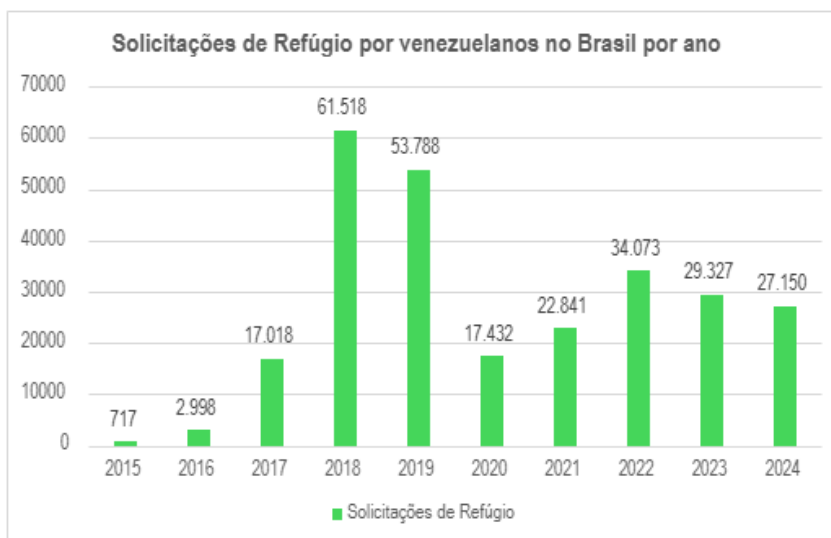
Desse modo, essas entrevistas trazem à tona, questões além dos impactos materiais da crise, mas o sofrimento emocional pela perda de oportunidades, a necessidade de ter que sair do seu lar para conseguir maior dignidade de vida. Assim, a migração torna-se uma saída, ela é a forma que elas encontram para buscarem novas condições de vida e conseguirem se reconstruir com mais oportunidades.

A crise venezuelana tornou-se um dos principais fatores responsáveis pela intensificação dos fluxos migratórios fronteiriços. Esse cenário pode demonstrar um processo de desgaste institucional ao longo dos governos Chávez e se intensificou após sua morte em 2013. A partir de então, o país passou a enfrentar disputas internas.

Além da crise política, houve também um forte abalo econômico que afetou o principal produto exportado pela Venezuela: o petróleo. Em 2014, essa confluência de fatores levou à retirada forçada da população para outros países, fugindo da violência, pobreza, escassez de alimentos e inflação que corroeu o poder de compra de seus moradores, com o passar dos anos, esse fluxo migratório tornou-se cada vez mais comum para países fronteiriços a Venezuela.

A partir da perspectiva apresentada, o Brasil passou, então a ser uma alternativa para quem buscava uma nova vida, e então, começou a receber milhares de migrantes venezuelanos, que encontraram no país uma facilidade de se estabelecerem, devido a posição geográfica de compartilhamento de fronteiras, a entrada ocorreu, principalmente, pela cidade de Pacaraima no Estado de Roraima, como pode ser demonstrado no gráfico abaixo:

Figura 1 - Solicitações de Refúgio por Venezuelanos no Brasil por ano



Fonte: BRASIL, 2025, DataMigra - Seção Solicitação de Refúgio (gráfico feito pela autora)

O governo brasileiro, então, passou a deslocar uma força logística para a fronteira para fazer a recepção dessas pessoas que estavam buscando refúgio, conhecida como Operação Acolhida. Esse projeto obteve colaboração de Organizações Internacionais, como, por exemplo, Alto Comissariado das Nações

Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas. Em conjunto foram responsáveis pelo acolhimento do grande fluxo migratório que se consolidou no Brasil, decorrente da situação venezuelana.

De acordo com dados da R4V (2024) estima-se que 7,89 milhões de pessoas tenham deixado a Venezuela em busca de melhores condições de vida, sendo que, dessa quantidade, 626,9 mil estão no Brasil. Essas informações são de extrema importância para entender a experiência migratória, mas além disso, o papel feminino nessas migrações. No ano de 2019, por exemplo, foram registrados 53.788 solicitações de refúgio (BRASIL, 2025, DataMigra), como pode ser visto na figura 1.

Nesse contingente, as mulheres são 48,44% desse total (R4V, 2025), essa proporção demonstra a expressividade da presença feminina nos fluxos migratórios venezuelanos para o Brasil e, então, reforça a importância de se considerar as especificidades e vulnerabilidades sofridas por elas no processo.

Utilizando-se neste referido trabalho a teoria da interseccionalidade, trazendo diferentes aspectos combinados de opressão, visando compreender o quanto há uma discrepância entre as experiências delas e a de homens imigrantes, os quais não sofrem com os efeitos do patriarcado e do machismo na experiência, ao contrário delas.

Partindo de uma perspectiva de gênero e entendendo que as mulheres estão enquadradas em uma sociedade marcada por estruturas patriarcais e machistas, observa-se que elas relatam o enfrentamento de inúmeros desafios e situações de insegurança ainda antes de estarem no Brasil, dentro de seu país de origem, a Venezuela, devido a deterioração das condições sociais e os relatos das violências sofridas, como pode ser demonstrados nas falas abaixo:

Eu tava voltando de procurar trabalho [...] Tava escuro já, meio chovendo. Eu tava sozinha. Eu lembro que uns homens começaram a me seguir depois que passei por uma rua, não lembro quantos eram, mas dava pra escutar alguns falando, e dava pra escutar que tinham bebido. Eu acho que eram uns [homens] de uma das guerrilhas sabe, pelas roupas. Eu comecei a acelerar o passo, e não achava nenhum lugar que pudesse entrar e pedir ajuda, e as pessoas também não dão muita bola, porque é tanta coisa que acontece que já tão acostumados. Eles começaram a chegar mais perto, olhei para trás e consegui ver dois deles tavam com a arma na mão, eu comecei a rezar e a correr, e eles começaram a correr e gritar: não adianta correr princesa, a gente vai te pegar, tu é nossa [choro]. Ai eu consegui chegar até a casa de uma conhecida, já fui gritando na rua '[...] socorro, abre a porta', e a mãe dela abriu e eu entrei. Passei a noite na casa dela aquele dia. Tava apavorada, não conseguia sair na rua de novo. Foi por pouco, não sei o que teria sido de mim se tivessem me alcançado (Angélica *apud* Gehlen, 2019, p.87)

Eu tinha muito medo de violência, estupro, essas coisas que tão acontecendo lá. Eu vivia com medo, porque vivia somente eu, mi madre e mi hermana. Então eu vendi o pouco que tinha e resolvi ir pra Roraima, sozinha mesmo, que meu namorado tava lá já, então achei melhor ir e ficar com ele (Angélica *apud* Gehlen, 2019, p. 86)

A partir do relato de Angélica é possível perceber que o contexto enfrentado por essas mulheres na Venezuela pode ser caracterizado de uma maneira mais complexa, marcado por medo e ameaça em um contexto de machismo estrutural, no qual elas se tornam alvo de controle e dominação. Assim é perceptível que antes mesmo da decisão de migrar, as mulheres já vivenciavam um cenário árduo de hostilidade em seu país, de modo que as suas vulnerabilidades fossem cada vez mais expostas e graduais.

Desse modo, é notório que as mulheres são as mais suscetíveis à violência, sendo que com a intensificação das políticas militares e de um descontentamento interno acarretou o colapso interno na Venezuela. A partir desse cenário, as mulheres passaram a ser instrumentalizadas como objetos de dominação do regime, como exposto acima no discurso de Angélica.

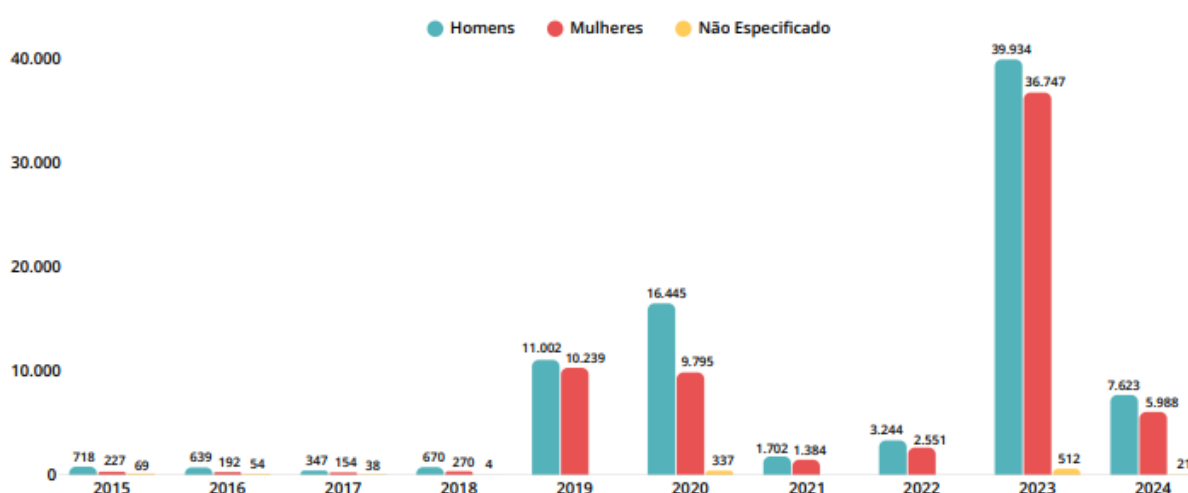
Sendo assim, o medo tornou-se o principal companheiro das mulheres, que passaram a ter sua existência ameaçada pelos próprios militares apoiadores do governo, mas também, durante sua trajetória ao Brasil e a sua inserção no novo país, essa realidade apresentada, pode ser entendida através do trecho abaixo por Judith Butler:

(...) O sujeito feminista se revela discursivamente constituido - e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (Butler, 2003, p.19)

Nesse contexto, a citação reforça a ideia de que os sistemas políticos constroem politicamente uma ideia de mulher como alvo de dominação e subordinação. Dessa forma, as próprias instituições, que deveriam se responsabilizar por políticas libertadoras, reproduzem ações e discursos de submissão delas, tirando então, a possibilidade de emancipação feminina.

Assim, as mulheres possuem um papel essencial nas questões migratórias contemporâneas e ao longo dos anos pode-se notar que houve um aumento expressivo na sua participação em migrações. Tendo em vista o cenário apresentado, é possível compreender que o contingente de mulheres migrantes cresceu de maneira significativa, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 2 - Número de refugiados reconhecidos, segundo ano de reconhecimento, por sexo - Brasil, 2015 - 2024



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), 2024.

Os dados acima apontam que a individualização feminina e as novas formas das mulheres estarem inseridas na sociedade fazem com que elas passem a ter um maior protagonismo em cenários como o exemplificado. Apesar de muitas mulheres ainda migrarem com algum acompanhamento masculino, hoje, muitas delas migram sozinhas ou com seus filhos, como, por exemplo, demonstrado no documentário Adelante (2020), no qual todas as entrevistadas vieram sozinhas em busca de melhores oportunidades para elas e para seus filhos (Adelante, 2020).

Desse modo, há uma quebra de padrões em relação ao contexto migratório e de inserção das mulheres que antes, era motivada basicamente pelo acompanhamento dos maridos, nos quais migravam por melhores condições de vida. Atualmente, elas migram por iniciativa própria, com seus objetivos e motivações, tornando-se protagonistas e autônomas de seus próprios processos migratórios e, conseqüentemente, de suas vidas pessoais (Angelini, 2020).

Assim, é importante notar que esse processo não é designado de maneira homogênea, visto que é marcado por uma gama de experiências, motivações e condições anteriores que as levaram a tomar a decisão de migrar, tendo em vista o cenário que estavam expostas em seu país. Cada trajetória é singular e marcada por questões estruturais, como desigualdades de gênero, raça e classe, as quais são determinantes para o entendimento do deslocamento, essas mesmas estruturas podem ser observadas nas dinâmicas do deslocamento migratório e na inserção dessas mulheres na sociedade brasileira.

Dessa forma, as designações migratórias que as levam a decisão de migrar demonstram o enraizamento de fatores estruturais e subjetivos, como a crise política e econômica, a falta de acesso a condições básicas de sobrevivência e o medo perante a violência, partindo desse pressuposto, a migração não pode ser delineada apenas como um deslocamento geográfico, mas ela é entendida como um processo social e político, no qual envolvem uma gama de razões e percepções sobre a busca por dignidade e autonomia.

Portanto, urge a necessidade de trazer aspectos e vivências que essas mulheres enfrentaram no decorrer do desenvolvimento da trajetória migratória, de

modo que demonstre por suas próprias vozes os desafios que enfrentaram e as dificuldades que as mulheres possuem para buscar condições melhores. Ao mesmo tempo em que estão diante de uma realidade árdua no Brasil, tendo em vista que há uma limitação na sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade brasileira.

Logo, ouvir o que elas têm para expor é essencial para compreender quais são os cenários em que elas estão inseridas e reconhecer perante eles, a sua resistência e força nesse processo de extrema adversidade. Uma vez, que seus relatos apontam condições de exclusão e desigualdade, mas também, a maneira em que tentam se reconstruir perante todo o panorama custoso que estão a enfrentar, desde o seu país de origem até mesmo a sua alocação no Brasil.

A análise das motivações para o deslocamento, neste capítulo, evidencia que a migração é um fenômeno que pode ocorrer de maneira forçada, impulsionada por fatores como a falta de insumos básicos, inflação e até mesmo a questão do medo da violência, demonstrando o colapso venezuelano. Outrossim, a participação feminina é enfática no cenário apresentado reforçando a necessidade de consideração das vulnerabilidades específicas, nas quais elas estão suscetíveis, antes mesmo da migração. Sendo assim, a busca por um novo lar está representada como a procura por dignidade e autonomia.

3. ELAS FALAM

O presente capítulo tem como objetivo trazer uma perspectiva multidisciplinar sobre as migrações femininas advindas da Venezuela, utilizando-se da teoria interseccional², na qual traz uma pluralidade de fatores para a formação das demandas de gênero, isso foi conceituado por Kimberlé Crenshaw e pode ser exemplificado no trecho abaixo:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Assim, a interseccionalidade busca compreender a realidade vivida por essas mulheres, por meio de variados eixos de subordinação, às quais elas estão sujeitas e que interagem entre si, criando novas formas de opressão e desigualdade. No contexto migratório, torna-se essencial trazer e ressaltar as identidades dessas mulheres, o que nos permite analisar profundamente múltiplas dimensões moldantes para as experiências pessoais que são construídas diante de uma complexidade de fatores.

Desse modo, muda-se a rota de apenas estudar o viés de gênero, mas incorporar a ele os estudos voltados às questões de classe, etnia, de maneira ampla e relacional, esses elementos imprescindíveis para a compreensão das experiências e singularidades de cada mulher e essa perspectiva amplia o entendimento das relações de poder e pertencimento social, sendo possível assim entender o que afirma Judith Butler:

² Neste trabalho, adota-se como referência o feminismo transnacional, perspectiva teórica que analisa as experiências das mulheres a partir das articulações entre gênero, raça, classe, nacionalidade considerando as dinâmicas globais de poder que atravessam contextos migratórios.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcende a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, e regionais de identidades discursivamente constituídas (Butler, 2003. p. 20).

Perante a citação de Butler, 2003, é possível compreender que a categoria mulher não pode ser considerada um bloco coeso, mas sim, uma condição que reúne aspectos históricos e contextuais, que reproduzem desigualdades distintas, seja visando a raça, classe, etnia, regionalismos, assim, é de extrema importância que haja essa compreensão perante a questão migratória venezuelana para o Brasil, entendendo que suas realidades são afetadas por outros fatores, além do gênero.

Isto posto, no decorrer desse trabalho, serão abordadas temáticas recorrentes em entrevistas feitas com mulheres venezuelanas, sendo o intuito valorizar suas vozes e experiências. As análises serão feitas através de duas dissertações de mestrado (Gehlen, 2019; Menine, 2022) e um documentário (Adelante - A Luta das Venezuelanas Refugiadas no Brasil, 2020), as quais oferecem contribuições relevantes para o tema, além de demonstrar os principais eixos das desigualdades enfrentadas por elas.

A partir de seus relatos, é notável entender inúmeros aspectos do machismo estrutural presente no processo migratório dessas mulheres, assim como é possível compreender essa complexa multiplicidade de categorias e subordinação, essas falas evidenciam, como tratado por Crenshaw (2003), as opressões as quais estão submetidas, demonstrando como as categorias se organizam e agravam o cotidiano dessas mulheres.

Desse modo, as migrantes venezuelanas enfrentam inúmeras barreiras para sua inserção em solo brasileiro, desde obstáculos linguísticos, até mesmo a falta de conhecimento de leis que as protegem. Além disso, também existe uma extrema dificuldade quando o assunto é trabalho, sendo submetidas, muitas vezes, a trabalhos precarizados e a ausência de oportunidades de inserção. Assim, pode-se

revelar que o Brasil enfrenta dificuldades em garantir os direitos dessas mulheres, os quais não contemplam as intersecções de gênero.

Por fim, este capítulo busca apresentar as faces principais das vulnerabilidades enfrentadas por mulheres venezuelanas, as dimensões em que essas desigualdades se encontram, a teoria interseccional será utilizada como instrumento analítico para compreensão das sobreposições das dimensões das desigualdades, produzindo diferentes formas de fragilidades e assim, dificultando sua inserção na sociedade brasileira.

3.1. FAMÍLIA E MATERNIDADE

A maternidade é uma experiência singular na vida das mulheres, o que traz muitas nuances e complexidades para o debate. Isto significa que cada cultura aborda o ato de maternar de maneira particular. Além disso, fatores como classe social, econômicos, de raça e étnicos que também influenciam no processo e não podem ser deixados de lado nessa análise (Rocha, 2023).

Portanto, ser mãe não ocorre da mesma maneira para todas as mulheres, esse fator deriva de como elas estão inseridas em sociedade, desse modo, o presente capítulo busca demonstrar a heterogeneidade de como a maternidade afeta mulheres migrantes venezuelanas no Brasil.

Partindo do pressuposto de que a migração venezuelana é um processo árduo, que traz sequelas, uma vez que essas pessoas se veem na necessidade de deixar seu país de origem por ser insustentável continuar a viver naquele ambiente, pode-se refletir no quão é difícil para as mulheres que são mães, seja por saírem de seu país com o(s) filho(s), ou, até mesmo, por os deixarem em solo venezuelano.

As mulheres, ao migrarem, vão de encontro a culturas e experiências diferentes daquelas que estão acostumadas em seu lugar originário. Dessa forma acabam por enfrentarem riscos já mencionados, mas também a questão identitária, que entra em conflito com a nova vivência, essa questão cultural acaba por afetar a família como um todo, tendo em vista que as mães costumam a carregar lembranças

de sua infância em seu país originário, mas seus filhos estão criando suas raízes fora do local de origem, trazendo diferenças culturais e geracionais às famílias migrantes (Rocha, 2023).

Portanto, o abandono da origem é dolorido: começar novos hábitos, lidar com os choques de cultura, além da ampla discriminação que passam, dessa maneira, pode-se imaginar para uma mãe o quanto esse sentido é redobrado. A sensação de ser responsável por alguém em fase de construção de ideias, caráter, sendo em um novo país, traz o medo e a sensação de insuficiência da mãe para com a criança, mesmo que a decisão de migrar possa ter sido motivada por uma vida melhor aos seus filhos e/ou familiares.

Ademais, uma atribuição significativa é a rede de apoio durante a maternidade, isto é, ter pessoas que estão presentes nos momentos precisos para ajudar com o recém nascido, ou com a criança, o que é essencial para que as mães se sintam sustentadas. Esse, todavia, é um fator que também se perde na migração, tendo em vista que ainda fica parte da família, quando alguém decide migrar, podem acontecer casos da família toda migrando, como pais, tios, avós, primos.

Assim, a falta de uma comunidade e de seus laços familiares, em um ambiente totalmente novo, com riscos iminentes, uma cultura e língua diferentes, acarreta em uma vulnerabilidade feminina e materna, demonstrando que esse o processo que estão inseridas é um fenômeno social complexo para além da mobilidade física, expõe desigualdades e vulnerabilidades.

Atualmente, segundo o Relatório “Refúgio em Números” feito pela OBMigra, 2023, 36,9% da população que solicitou refúgio no Brasil tinham entre 15 anos de idade ou menos (Junger da Silva *et al.*, 2023), ou seja, há uma presença significativa de crianças e adolescentes presentes nesse processo migratório. Demonstra-se então, que muitas mulheres migram trazendo seus filhos, assim a maternidade tem um viés a mais de complexidade, impactando diretamente a maneira em que a migração é enfrentada pelas mães. Nesse sentido, o deslocamento não é uma busca particular por melhores condições, mas também, responsabilidade de garantir uma vida melhor para seus filhos em um ambiente desconhecido.

Em relação aos riscos, pode-se entender que uma mãe, ao trazer seus filhos, passa pela carga emocional e psicológica que a maternidade por si só já traz, devido aos rótulos que ainda existem em cima da maternidade; mas também enfrentam questões ligadas à maternidade na migração, ou seja, o medo de não ter rede de apoio, dos filhos não se adaptarem, dos perigos no caminho, esses são alguns fatores importantes para entender o quanto a maternidade tem impacto nesse processo.

Além de rótulos, o medo do que esperar quando chegar em um país diferente, as mulheres venezuelanas que migraram com seus filhos enfrentam situações adversas ao tentarem chegar ao Brasil, para além do desgaste físico, possuem pouco acesso a alimentação e possíveis cuidados médicos. Assim a insegurança no caminho é um fator aliado dessas mulheres, não só pela vida delas, mas também, pela necessidade de garantir a segurança dos seus filhos em meio a um cenário tão árduo, como pode ser demonstrado a seguir:

Até Pacaraima fomos de ônibus, daí de lá caminhamos uns 5 km a pé, foi horrível [...] com criança pequena [...] a gente tava exaustos de fome, sede e cansaço, daí graças a Dios dois brasileiros pararam lo carro e deram carona pra nós (Narciso *apud* Gehlen, 2019, p. 76)

Nós pagamos o transporte até Pacaraima, e de lá caminhamos bastante até uma certa distancia, e daí meu filho não aguentava mais, então pegamos um taxi ate Boa Vista com o que sobrou de nosso dinheiro. Chegamos em Boa Vista zerados [sem dinheiro]. Azaléia *apud* Gehlen, 2019, p. 76)

Ao chegarem ao país de destino, elas acabam submetidas a mais desafios, sendo eles, em sua maioria, voltados para a dificuldade de conseguirem um ambiente digno para se fixarem, ampliando o sentimento de desamparo. O que deveria significar o recomeço acaba tornando uma extensão do sofrimento vivido na travessia, esse fato evidencia que houve uma fragilidade nas políticas de acolhimento para os venezuelanos, não garantindo a eles o básico para a sobrevivência, esses casos podem ser vistos nos diálogos abaixo:

Eu nunca havia me separado da minha filha. Quando trouxe meu filho da Venezuela, passamos duas noites na rua, porque eu tinha ido à Venezuela sem permissão do abrigo e trouxe meu filho (aparição da tatuagem com o nome do filho). Mas não haviam me confirmado que eu poderia voltar ao abrigo com o meu filho. Nunca pensei que ele ia chegar e teria que dormir comigo na rua. Porque sair de lá, com o meu filho e colocá-lo para dormir comigo na rua foi algo difícil para ele. Ele me disse que tinha sono, que queria descansar. Eu lhe disse para ele ter calma, que esperasse. Porque ele iria entrar comigo no abrigo. Foi algo que me cortou muito o coração... Tentar tranquilizá-lo, porque ele estava muito inquieto, porque queria descansar, não queria estar ali... Queria sua casa, queria seu tio, queria sua televisão, que queria seu ar condicionado (Jennifer Veracierta *apud* Adelante, 2020, 00:00:39)

Nós passamos a viver na rua, minha irmã, meu sobrinho e meu filho, ficamos 3 meses na rua, passando frio, fome e necessidade (Maritza Graffe *apud* Adelante, 2020, 00:08:04)

Com a barriga, não podia dormir bem no chão. Tínhamos que dormir no chão, eu não dormia (Nairobis *apud* Adelante, 2020, 00:08:16)

Meu marido conseguiu um trabajo [em Boa Vista] e nós conseguimos alugar, mas assim, eu aluguei a casa só, não tinha nada dentro entende, era só a casa, bem pequena, um cômodo só e um banheiro. Nunca vou me esquecer; em la primeira noche eu coloquei a marmita que ganhamos da Consolata [igreja] no chão porque no tenido mesa. E as poucas roupas que conseguimos levar junto eu espalhei no chão para nós dormir em cima delas, e meu filho pequeño olhou para tudo, e no entendia, ele no conseguia entender porque la gente tava fazendo aquilo, ele dizia 'porque mãe? Se na Venezuela nós tinha tudo, tinha a minha cama, a minha TV, meus brinquedos', não era fácil pra elle entender. (Tulipa *apud* Gehlen, 2019, p. 76)

Dessa maneira, é possível observar nos relatos, que as mulheres migrantes destacam as dificuldades enfrentadas que refletem na vida e experiência de seus filhos, o que traz culpa e ampla preocupação. Elas evidenciam o desafio de fazer com que as crianças lidem com as adversidades do processo migratório, considerando que elas possuem menos resistência física e emocional no trajeto. Desse modo, a maternidade em contexto de refúgio, pode ser vista por uma responsabilidade ampliada, na qual o ato de proteger assume um sentido de resistência.

E ainda sim, a situação que passaram ao chegarem ao Brasil também é marcante, frequentemente as crianças não compreendem as motivações da saída da Venezuela. Todos esses fatores impactam negativamente e de forma significativa

as mães ao verem os filhos enfrentando essas adversidades por uma decisão que foi tomada por elas. Isso faz com que elas questionem sobre o ímpeto de migrar, o que impacta profundamente o emocional dessas mulheres, tendo em vista que muitas delas optam por sair da Venezuela por quererem dar uma vida melhor aos seus filhos.

Ou seja, as mães acabam por adquirir uma carga emocional muito grande no processo migratório, porque para além da condição de vulnerabilidade enfrentada por elas serem mulheres, também enfrentam o sofrimento dos filhos em um cenário adverso (Ramos, 2010). Bem como, precisam gerenciar as consequências do processo para que seus filhos não se fragilizem, ou que sofram, mesmo que elas também sejam as vítimas em questão, sendo assim, observa-se um duplo enquadramento de vulnerabilidade.

Outro fator importante de se salientar, diante do processo de migração são as mães que vieram ao Brasil e deixaram seus filhos na Venezuela, essa situação evidencia mais um fator de vulnerabilidade materna, pela distância e a vontade de dar a eles uma vida digna, mesmo que para isso elas estejam enfrentando inúmeras desigualdades, como a seguir:

Eu não vejo a hora de trazer meus filhos pra cá e ter uma vida normal. Eu nunca tinha ficado mais de uma semana longe deles. Jamais. Mas eu ainda não tenho condições de trazê-los. Eles estão bem, graças a Deus. Eles sentem minha falta, muita falta. Não tem sido fácil. O mais novo tem apenas 4 aninhos. [...] Eu quero estar com meus filhos. Lutar pelos meus filhos. Quero que eles estudem, se esforcem. Quero que eles se esforcem muito aqui no Brasil. O Brasil é um país estável em comparação com os demais. [...] Sou jovem, posso seguir trabalhando, posso sonhar e atingir minhas metas pessoais, para conseguir uma estabilidade. Quero qualidade de vida. Quero que meus filhos estudem aqui e se desenvolvam aqui. Eles vão aprender o idioma muito mais rápido que eu. E eu quero viver no Brasil. (Margarida *apud* Menine, 2022, p.122)

[...] Então deixei meus filhos com minha família e decidi tentar no Brasil, mas sofri muito, sem meus filhos lá. E minha família nunca me apoiou, me criticavam porque eu estava fazendo tudo errado, que eu não deveria ter me separado, que eu não deveria ir embora, acho que nunca me perdoaram por isso mesmo depois de tudo que passei eles não me compreendiam. Mas no Brasil eu estava trabalhando sabe, estava lutando! Então não é fácil começar uma vida nova do zero". (Rosa *apud* Gehlen, 2019, p. 88)

Assim, por vezes, muitas mães continuam a exercer seu papel materno à distância, a chamada maternidade transnacional, pela qual o ato de maternar se dá além das fronteiras (Bandeira; Oliveira, 2024). Assim, delega-se a função presencial de cuidado para pessoas próximas, geralmente, familiares. Havendo uma forte culpabilização materna, no sentido de que elas não estão presentes no dia a dia de seus filhos, assim, se cobram pelo fato de que seus filhos estão crescendo longe, sem o apoio materno diário (Dornelas, 2022).

Isso recai mais uma vez sobre os inúmeros paradigmas sociais que recriam sobre ser uma “boa mãe”, mesmo que a mudança delas signifique trazer melhoria de vida para os filhos, o fato de estarem longe fisicamente do exercício materno traz o julgamento e a culpabilização social (Dornelas, 2022). Essa culpabilização, reforça os estereótipos tradicionais ligados à maternidade, os quais desconsideram fatores econômicos e sociais, ligados à maternidade integral.

Portanto, é notável que as mães migrantes acabam por sofrer repressões e culpabilização das duas maneiras: elas trazendo os filhos, ou os deixando na Venezuela o que recai muito sobre o papel da mulher na maternidade, o julgamento advém de inúmeros lugares, seja pelo sofrimento do processo migratório, ou pela criação dos filhos longe. Logo, é perceptível nos relatos que essas mulheres estão em busca de uma melhor qualidade de vida, tanto para elas, quanto para suas famílias, no entanto, mesmo assim se sentem culpadas devido às pressões sociais criadas ao redor maternal.

A questão debatida é que a maternidade é imposta de uma maneira que não atende às necessidades de todos os grupos maternos, de modo que a visão idealista coloca como padrão a ser seguido. No entanto, esse padrão não é uma realidade para a maior parte delas atualmente, porque não consideram cenários diversos, por exemplo, como no caso do presente texto: mulheres que precisam passar pela imigração para conseguir dar a seus filhos a dignidade da vivência.

Desse modo, trazendo a interseccionalidade para a compreensão da maternidade, é possível entender que a questão racial e de classe são muito importantes para entender que o ato de maternar é vivido de maneira heterogênea,

porque mulheres negras e/ou periféricas, acabam por sofrer as consequências desse idealismo materno branco de maneira significativa. Como teorizado pela autora e grande contribuidora para a teoria feminista Patricia Hill Collins, 1998:

Quando vinculadas à política estatal em uma nação racializada, as questões de controle da sexualidade e fertilidade das mulheres de diferentes grupos raciais, classes sociais e status de cidadania tornam-se altamente politizadas. Por exemplo, mulheres brancas, especialmente as de classe média, são incentivadas a se reproduzir. Em contraste, mulheres não brancas, especialmente aquelas que carecem de recursos econômicos ou que não estão em casamentos sancionados pelo Estado, são rotineiramente desencorajadas a ter filhos (Collins, 1998. p.77, tradução livre) ³

Ou seja, a maternidade atinge de maneiras diferentes mulheres racializadas e periféricas (Carpenedo; Nardi, 2016). Assim como a questão migratória venezuelana no presente texto, a qual também é mal vista e constantemente julgada, devido ao fato de não atenderem às expectativas idealizadas da maternidade. Portanto, os fatores como raça, classe e migração presentes na análise interseccional são importantes para a questão maternal e familiar, devido ao fato de que há uma vulnerabilidade maior e diferentes políticas, julgamentos, perante a sociedade.

Outra questão importante a ser considerado é o conceito de família transnacional, sendo um fenômeno significativo para o cenário delineado, no qual pode ser definido como:

(...) a família transnacional, como as demais formas de família, é uma unidade de produção e reprodução, desempenha uma série de funções e realiza diversas práticas cotidianas, apesar da distância. De fato, essa forma de família frequentemente precisa continuar atuando como tal, discutindo e decidindo sobre várias questões que dizem respeito à vida do grupo, como, por exemplo, a mobilidade de seus membros, a distribuição de funções e papéis em seu interior, a reunificação familiar, a educação dos filhos e também o gerenciamento dos recursos disponíveis (Ciurlo, 2014, p. 148) (tradução livre) ⁴

³ When attached to state policy in a racialized nation-state, questions of controlling the sexuality and fertility of women from diverse race, social class, and citizenship groups become highly politicized. For example, White women, especially those of the middle class, are encouraged to reproduce. In contrast, women of color, especially those lacking economic resources or not in state sanctioned marriages, are routinely discouraged from having children (Collins, 1998. p.77).

⁴ (...) la familia transnacional, como las demás formas de familia, es una unidad de producción y reproducción, tiene una serie de funciones y realiza diversas prácticas cotidianas a pesar de la

Portanto, uma família transnacional tem a característica de estar dividida geograficamente, mas com laços e contatos fixos, o que pode ser demonstrado em remessas enviadas ao país de origem, ou até mesmo, por contatos que as famílias mantêm com quem está longe (Ciurlo, 2014). Nota-se no relato de Margarida, o desejo de trazer os filhos para o país, uma das características citadas para uma família ser considerada transnacional. O fenômeno pode ser tratado também nos seguintes relatos, nos quais ilustram de maneira clara as experiências e desafios enfrentados por mulheres nessas condições:

E também sofro porque sempre vivemos juntos, com minha avó, e agora meus filhos estão crescendo todos separados. Não conhecem sua bisavó, não conhecem sua família, não conhecem ninguém. Simplesmente conhecem sua mãe e seu pai. E nós fazemos videochamadas pra que eles saibam quem são sua família, mas é difícil. Não se pode dar um abraço. É tudo via telefone. Isso é um ponto que nos toca muito. E eu preciso cuidar da minha mãe, pois ela só tem a mim. É difícil. Ainda bem que minha mãe tem boa saúde. Não fica doente, nem nada. Mas ela está sempre comigo. Nós também enviamos dinheiro [para Venezuela]. Quando meu esposo recebe seu pagamento, envia e eu também quando recebo (Orquídea, *apud* Menine, 2022, p. 116)

Eu imagino tantas coisas do meu futuro, já planejei mil coisas. Não paro de traçar novas metas. E eu tenho sonhos. Eu, sinceramente, daqui cinco anos, antes dos 30, quero estudar. Quero estar numa faculdade, estudando. Em nome de Deus. Quem sabe com uma casa própria, ou já independente com os meus filhos e com as minhas coisas. Eu imagino que estarei com um trabalho bom e estável. Por ora, devo ficar em Pacaraima. Mas a ideia é ficar em família. Minha mãe tem 42 anos. Sempre fomos muito ligadas, a ideia é ficarmos juntas de novo. Espero que ela tenha um trabalho aqui, tenha suas coisas. E sempre seguir mandando dinheiro para as pessoas que estão na Venezuela. Meus familiares. Não está nos meus planos voltar para a Venezuela. Eu gostaria, gostaria sim. Mas não está nos meus planos. Eu tenho metas a cumprir aqui. (Girassol, 2021 *apud* Menine, 2022, p. 116)

O dinheiro do bolsa família eu escondo um pouco do meu marido pra poder mandar o dinheiro pra minha mãe que é doente e precisa comprar remédios, e em Venezuela não há mais medicina [...] ele não quer que eu mande nosso dinheiro, mas não posso deixar minha mãe assim (Narciso *apud* Gehlen, 2019, p.105)

distancia. De hecho, esta forma de familia se halla habitualmente en la necesidad de seguir actuando como una familia, discutiendo y decidiendo sobre una serie de cuestiones que tienen que ver con la vida del grupo, como por ejemplo la movilidad de sus miembros, la distribución de las funciones y roles en su interior, la reunificación familiar, la educación de los hijos y también el manejo de los recursos disponibles (Ciurlo, A. 2014, p. 148)

Eu cada pouco fico triste porque tenho bastante saudade da minha mãe e da minha irmã [emoção] porque as vezes eu penso; ‘eu como bem’ daí elas não tão comendo como eu...daí eu fico triste e não consigo mais comer [...] essa semana eu tava no quarto e minha tia me chamou [...] e pediu ‘o que tu tem’ e eu disse ‘eu to triste porque eu to comendo bem e eu não sei o o que ta comendo agora a minha mãe’ [choro] e a minha tia [...] tenta me tranquilizar [...] eu tento falar com ela por mensagem, só que as vezes eu gosto de falar com ela e as vezes não, porque quando eu falo com ela, ela fica mais triste e minha irmã mais triste porque elas também tem saudade [...] é a primeira vez que saio do meu país e fico sem minha mãe e to de aniversario e minha mãe não ta comigo [...] eu não consigo eu quero ir embora pra Venezuela porque eu to muito longe então é muito difícil [demonstra muita emoção]” (Lírio *apud* Gehlen, 2019, p.105)

Ou seja, é muito comum que essas mulheres se sintam na obrigação de estarem sempre apoiando seus familiares na Venezuela (Ciurlo, 2014), de modo que, mesmo que ganhem menos, como iremos ver no próximo capítulo, elas tendem a manter esse vínculo econômico com seus familiares. O fato pode ser amplamente reconhecido na fala de Lírio sobre a maneira em que ela se sente responsável pela forma que sua mãe e irmã estão vivendo na Venezuela, essa sensação de responsabilidade demonstra o peso afetivo que essas mulheres enfrentam ao estarem longe de casa.

Isto posto, pode-se entender como as relações de gênero impactam a vida deles, uma vez que ainda recai sobre as mulheres a responsabilidade de cuidar e sempre estar atenta às demandas da família, a questão migratória não muda esse fato, mas o ressignifica, demonstrando outras maneiras desse vínculo familiar se persistir, mesmo que com ele venha a sensação de culpa e impotência.

Essas famílias possuem características mutáveis, devido a maneira em que se inserem como sociedade. Uma vez que passam por grandes mudanças com o fator migratório, ter membros familiares fora do escopo do dia a dia acarreta em mudanças substanciais na organização familiar (Ciurlo, 2014). Além de questões psicológicas como saudade, culpa, medo, também há a questão social, de que esses membros sejam inseridos na nova realidade de maneira positiva para que consigam conquistar a estabilidade que tanto buscam.

Portanto, é perceptível que a maternidade e a família são peças fundamentais

e que impactam diretamente as mulheres migrantes, uma vez que a migração propõe novos papéis familiares, exigindo que essas mulheres tenham uma adaptabilidade constante às novas realidades enfrentadas, como citado por Ramos (2010):

A migração origina numerosas rupturas neste processo de partilha e de construção de sentido: perda de acompanhamento pelo grupo, falta de suporte familiar, social e cultural e impossibilidade em dar um sentido culturalmente aceitável a disfuncionamentos, tais como a tristeza e sofrimento da mãe, o sentimento de incapacidade, as interações mãe - criança desarmoniosas. Em contexto migratório a família separa-se da vida comunitária tradicional, reduz-se a uma família nuclear, a qual deverá assegurar sozinha as responsabilidades partilhadas até aqui pela família alargada e comunidade (Ramos, 2010, p. 5).

A citação exemplifica de maneira clara as diferentes situações que são vivenciadas por uma família que se vê perante a migração. De modo que, a maternidade é um fator importante para a análise do contexto migratório venezuelano para o Brasil, as citações das entrevistas com essas mulheres demonstram as desigualdades estruturais presentes. Desta forma, a idealização maternal é excludente, no sentido de que não pode ser vivenciado por todas as mães, mas é cobrado que seja seguido, mesmo que ignore as condições da realidade.

A ausência da família no novo território, de uma rede de apoio, os impactos da maternidade transnacional e da migração com os seus filhos são transformados em culpa, o que demonstra a maneira em que o sistema patriarcal se comporta para responsabilizar e julgar as condições maternas vividas por essas mulheres, mesmo que a migração tenha sido feita de maneira forçada, ou seja, fugindo de um ambiente precário e sempre pensando em um bem estar próprio e também para seus familiares.

Nesse sentido, pode-se entender a importância de se pensar a maternidade para além da universalização ocidental, branca e de classe média, o olhar para as mulheres venezuelanas é um forte contribuinte para demonstrar que, cada uma com sua individualidade exerce a função materna da maneira em que sua capacidade a

permite, seja à distância, ou presencialmente. Essas experiências revelam que a maternidade, quando atravessa o contexto migratório, é exposta a novos desafios, a uma realidade não idealizada, dessa forma, entender o contexto de inserção dessas mães é essencial para compreender a heterogeneidade dessa função (Carpenedo Nardi, 2016).

Por conseguinte, a questão familiar tem um escopo importante para o entendimento do fator migratório. As composições familiares mudam drasticamente em cenários adversos como o enfrentado pela população venezuelana, de fortes crises econômicas e políticas, de modo que muitas pessoas acabam encontrando na migração uma possibilidade de se restabelecerem, conseqüentemente, há uma modificação forçada das estruturas básicas familiares, que passam ressignificam de papéis e responsabilidades, através das novas estruturas.

Logo, a experiência da maternidade para as imigrantes venezuelanas e suas relações familiares são essenciais para entender a inserção delas no processo migratório, mas sua compreensão precisa levar em conta as pressões sociais que são impostas a elas. A partir dos relatos é possível entender a responsabilidade de cuidar e de prover que recai sobre elas, trazendo constantemente o sentimento de culpa, ou por enfrentar a culpa de tirá-los de seu local de origem, ou pelo exercício da maternidade transnacional.

Contudo, apesar dessa responsabilidade ser ampliada a elas quando imigram, ela não pode ser dissociada das questões materiais que as sustentam e, por vezes, sustentam suas famílias na Venezuela. Apesar delas chegarem aqui buscando novas oportunidades acabam por encontrar uma dura realidade do mercado de trabalho brasileiro, essas mulheres enfrentam barreiras para conseguirem trabalhos dignos, na qual são marcadas por xenofobia, precarização e exploração de seus trabalhos, dessa forma é importante entender a dimensão econômica nesse processo.

Em síntese, a maternidade no contexto migratório é uma experiência heterogênea, precisando de uma análise específica para o entendimento de todas as nuances presentes nesse processo, pois a mãe pode perder sua rede de apoio

familiar, há um choque cultural, mas além disso um sentimento persistente de culpa, já que a mobilidade e inserção em novo país são dolorosas.

Consequentemente, a interseccionalidade pode demonstrar que a maternidade é imposta socialmente de maneira excludente, ignorando a realidade de mães periféricas e racializadas, mas cobrando uma idealização da posição materna, evidenciando a opressão e julgamento de mães venezuelanas.

3.2 QUESTÃO LABORAL

Como demonstrado anteriormente, a migração venezuelana ocorre de maneira forçada, devido às condições precárias vivenciadas pela população. Desse modo, a busca por outro país se torna uma maneira de recomeçar a vida e tentar obter uma novas oportunidades, no entanto, a realidade que encontram no Brasil é de sofrimento, marcado por injustiças e dificuldades, tanto na questão de maternidade, quanto na tentativa de conseguirem novos empregos.

A interseccionalidade traz uma análise importante para delinear como essas inúmeras desigualdades se portam em diferentes esferas sociais e econômicas que são enfrentadas por elas em seu cotidiano. A autora Patricia Hill Collins, demonstra esse fato na seguinte citação:

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos a aposentadoria, benefícios relativos a saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais (Collins, 2021, p.35)

A contribuição de Collins (2021) traz uma elucidação de como a interseccionalidade pode ser demonstrada claramente na inserção comercial. Uma vez que as questões de renda, riqueza, diretos como benefícios trabalhistas, estão escalados de uma maneira heterogênea, pois estão marcados por questões de gênero, raça e classe. Dessa forma, revela-se um cenário em que existem múltiplas

nuances opressivas, tendo como resultado oportunidades incongruentes e negação de direitos básicos.

Portanto, o que se propõe neste capítulo é a demonstração de que o mercado de trabalho não incide de maneira igualitária para todos os indivíduos, por tal motivo, pode-se pensar na imigração venezuelana como uma forma clara de intersecções de desigualdades econômicas e sociais, que são mais acirradas quando observadas pela ótica de gênero.

Kimberlé Crenshaw exemplifica como a interseccionalidade se coloca nas relações trabalhistas ao citar o que ocorria na General Motors (Crenshaw, 2004). No exemplo, ela cita que mulheres afro-americanas não eram contratadas pela empresa, assim, elas se juntaram e processaram a General afirmando que sofreram violência de gênero e discriminação racial, mas a justiça não fez um balanço de aspectos interseccionais entre gênero e raça no caso (Crenshaw, 2004).

Portanto, a interseccionalidade entre as discriminações foi deixada de lado, para eles, a moção não era válida, porque ao olhar individualmente, na questão racial, homens negros eram contratados e, na questão de gênero, mulheres brancas também tinham cargos, colocando o processo como infundado (Crenshaw, 2004). A ideia desse exemplo é demonstrar que as questões raciais e de gênero caminham juntas e precisam ser analisadas em conjunto, ou estarão reproduzindo injustiças que ocorrem no cotidiano (Crenshaw, 2004).

Assim, os imigrantes, ao adentrarem no Brasil e tentarem ingressar no mercado de trabalho, enfrentam entraves, além das que já são impostas aos nativos. Sendo as principais: a língua, a dificuldade de revalidar seus diplomas no território brasileiro, a falta de documentos para a regularização da vivência no país. Além disso, há uma forte xenofobia perante os venezuelanos, fator que também influencia amplamente em sua falta de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro.

Esses impactos podem ser percebidos nos dados obtidos pela Organização Não Governamental, Visão Mundial, através do projeto “Ven Tú Puedes” em 2024, que em uma pesquisa realizada em novembro de 2023 com 264 migrantes e refugiados, sendo 95% venezuelanos, 67,4% dos participantes não estavam

trabalhando (Visão Mundial, 2024). Ou seja, percebe-se que, na maioria das vezes, os imigrantes possuem impeditivos para a integração no mercado de trabalho brasileiro, o dado é alarmante, porque evidencia as limitações estruturais e institucionais brasileiras em garantir oportunidades de incorporação.

A situação torna-se ainda mais crítica quando se observa o recorte de gênero, segundo o mesmo levantamento, a Visão Mundial (2024), 63% das mulheres não possuíam uma renda mensal, sendo 82% mães (Visão Mundial, 2024). O levantamento indica que mulheres migrantes, enfrentam múltiplas barreiras e vulnerabilidades, ser mãe amplia as exclusões, porque sem uma rede de apoio, sem que seus filhos tenham acesso à educação, a condição torna-se ainda mais precária, além do mercado enxergar a maternidade como um obstáculo a produtividade, dando a elas a menor chance de serem contratadas.

A questão migratória esbarra fortemente na maneira pela qual essas mulheres serão inseridas no mercado de trabalho, porque, é sabido que ele não atua de maneira igualitária, mas ao contrário, o mercado é desigual e discriminatório. O acesso ao trabalho formal torna-se um desafio, envolvendo preconceito de gênero, nacionalidade e classe social. Dessa maneira, precisa-se pensar e analisar quais são as ocupações disponíveis e que aceitam mulheres migrantes, em que condições são oferecidas e de que forma são atuantes no mercado (Angelini, 2023).

Nesse sentido, essas mulheres estão majoritariamente inseridas no mercado de trabalho em oportunidades de baixa remuneração e, principalmente, em setores que existe um padrão de mulheres ocuparem, como pode ser demonstrado no gráfico abaixo:

Tabela 01 - Movimentação de trabalhadoras venezuelanas no mercado de trabalho formal, segundo grupos ocupacionais - 2022

Principais grupos ocupacionais	Mulheres		
	Admissões	Desligamentos	Saldo
Total	32.488	20.099	12.389
Alimentador de linha de produção	4.703	2.665	2.032
Faxineiro	3.848	2.426	1.422
Auxiliar nos serviços de alimentação	2.519	1.554	965
Operador de caixa	1.764	1.008	756
Magarefe	1.767	041	926
Atendente de lanchonete	1.399	932	467
Atendente de lojas e mercados	1.192	665	527
Cozinheiro geral	918	610	308
Vendedor de comércio varejista	900	592	308
Repositor de mercadorias	841	497	344
Outros	12.637	8.309	4.328

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Previdência, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2023

Na tabela acima, podemos observar que as ocupações são estigmatizadas por gênero, aquelas que as mulheres costumam assumir. Além disso, que não possuem um salário acima da média, ou até mesmo chegam a um salário mínimo, o que é danoso para elas, que chegam ao Brasil com poucas condições financeiras, tendo que bancar sua casa e, como demonstrado no capítulo acima, suas famílias que ficaram em território venezuelano.

Outro fator importante a ser percebido na tabela são os desligamentos, um saldo de 12.389 mulheres. O dado é importante para demonstrar que há um grande volume de desligamentos, isso demonstra a instabilidade que elas possuem ao estarem no mercado formal de trabalho; portanto, não possuem uma segurança de continuidade, persistindo a incerteza se irão manter em seus cargos atuais.

Assim, quando adentram a fronteira em Pacaraima logo podem perceber uma dificuldade em conseguirem empregos, há uma clara limitação da cidade em absorver o contingente de pessoas que chegam, dessa forma essa situação é refletida pelas próprias entrevistas, as quais descrevem suas dificuldades cotidianas:

Em Pacaraima, talvez haja uma diferença, primeiro porque os campos de trabalho são totalmente limitados. Não há empresas básicas, construtoras. Aqui só há uma rua com 50 comércios e só se pode trabalhar nisso. Aqui na Acolhida é uma benção. Às vezes, os homens cobram 15 reais por dia para descarregar um caminhão inteiro. [...] Em Pacaraima não há o que fazer. Nós ficamos, pois estamos na Operação. Mas não há mais nada o que fazer. Não há emprego. (Orquídea, 2021 *apud* Menine, 2022, p.116).

Contudo, apesar dessa tabela (Tabela 1) evidenciar as desigualdades enfrentadas por elas, quando conseguem um emprego formal. O que está por trás dela são as trabalhadoras informais, aquelas que não conseguem obter uma carteira de trabalho, por falta de documentação, barreiras linguísticas, ou discriminações e precisam se sustentar em trabalhos precários. Sendo assim, a informalidade é uma realidade presente no cotidiano delas, marcando uma posição de baixos salários,

exploração e ausência de direitos, como podem ser demonstrados nos relatos a seguir:

Não comentei, mas quando cheguei, vendia café e cigarro na rua, na calçada. Comprei com alguns dólares que eu trouxe. Eu conseguia cerca de R\$ 80,00 por semana. Ficava com cerca de R\$20,00 e enviava cerca de R\$ 60,00 para minha mãe, toda semana. Sempre estive atenta à minha família, desde que cheguei aqui. Nunca os abandonei, sempre enviei dinheiro, pouco ou muito. Sempre pensei na minha mãe, nos meus filhos, nas minhas irmãs e avós. A experiência de trabalhar na rua, recém-chegada, não sabia como eram as coisas aqui. A situação em relação ao trabalho, as pessoas me diziam que eu só conseguiria se um brasileiro me recomendasse. Mas eu não conhecia ninguém. E minha família esperava por mim. Eu saía muito cedo, cerca de cinco horas da manhã, para vender café. (Girassol, 2021 *apud* Menine, 2022, p.116).

[...]Nós recolhemos latas e passávamos quinta, sexta, sábado e domingo recolhendo latas todos os dias. (Maritza *apud* Adelante, 2020, 00:12:06)

Esses relatos evidenciam uma realidade dura de muitas mulheres imigrantes que vivem na informalidade, são ocupações extremamente precárias com um retorno financeiro baixo e com alta instabilidade. No entanto, por vezes, é a única saída que elas possuem de conseguirem algum dinheiro de forma imediata para sobreviverem e para além disso, manterem suas famílias na Venezuela. A falta de oportunidade que elas enfrentam faz com que elas se mantenham com muitos sacrifícios, demonstrando as inúmeras desigualdades estruturais no Brasil, nas quais não garantem o acesso digno a oportunidades para imigrantes.

Diante desse cenário, é natural que elas passem a se questionar a respeito das motivações que as fizeram vir ao Brasil, devido ao fato de que sofrem com as incertezas de que terão alguma dignidade e oportunidade no país. Assim, o medo, mais uma vez, é o grande parceiro delas nesse contexto, dado que a imprecisão de um futuro melhor e o temor de vivenciarem o cenário que precisaram deixar para trás na Venezuela passam a compor regularmente o sentimento dessas mulheres.

Desse modo, a dificuldade e a frustração configuram-se como elementos constantes nesse processo de tentativa de inserção no mercado de trabalho, a insistência de tentar e não conseguir acaba se transformando em decepção e

desamparo, tendo em vista também que na dinâmica de tentarem buscar por empregos acabam passando por situações adversas, como, por exemplo, os relatos a seguir:

Saindo da Venezuela, cheguei em Boa Vista e fui para um abrigo. Saía todos os dias com outra venezuelana à procura de emprego. Caminhava, caminhava... (Jennifer *apud* Adelante, 2020, 00:12:06)

Andava, andava, andava muito. Meus pés criaram bolhas, as bolhas todas estouraram. Caminhei muito procurando um salão de beleza, ou qualquer coisa. E para poder me manter a gente compramos pão e banana para poder aguentar o dia e para poder caminhar e seguir buscando. (Juling *apud* Adelante, 2020, 00:12:27)

Era horrível, eu dizia: “Meu Deus, o que é isso?” “Vou viver em outro país o mesmo que vivi na Venezuela?” Porque não é fácil. Estar em outro país não é fácil. (Jennifer *apud* Adelante, 2020, 00:12:54)

O relato de Juling é muito explícito, ao demonstrar que ela caminhou até se machucar, só tendo banana e pão para comer, exibindo que a realidade é extremamente dolorosa para elas, marcada pelo desgaste físico e mental. O receio de viver a insegurança que enfrentavam na Venezuela, demonstrado por Jennifer, soma-se à alta condição de risco que estão inseridas, a impotência as empurram para ocupações insalubres, sem direitos trabalhistas, com salários indignos e expostas a explorações.

Ademais, outro fator importante a ser citado, o qual demonstra o desespero pela sobrevivência, são as mulheres venezuelanas que recorrem à prostituição no Brasil. Evidenciando que a prostituição reforça a marginalização e a exploração sexual das mulheres, que se encontram em uma situação de alta vulnerabilidade, devido ao contexto discriminatório no qual estão inseridas:

Primeiramente, elas enfrentam a marginalização associada ao trabalho sexual, que é frequentemente visto como uma prática imoral e indesejável, o que resulta em uma estigmatização que as desumaniza. Em segundo lugar, a condição de migrante adiciona uma camada extra de vulnerabilidade, uma vez que essas mulheres são vistas não apenas como trabalhadoras sexuais, mas também como imigrantes indesejáveis. Isso limita suas oportunidades e reforça sua marginalização (Moura, 2024, n.p)

Logo, há uma clara combinação de marginalizações, sendo elas, a exploração sexual de mulheres, ou seja a dominação dos corpos femininos, a ausência de condições financeiras como fator de classe, ademais são mulheres racializadas e venezuelanas. Trazendo a tona, então, a ideia de que elas são indesejáveis no país combinado com essa prática exploratória de trabalho sexual, reforçam suas invisibilidades sociais, a desumanização da pessoa, a exclusão, e, por fim, há uma limitação de oportunidades de inserção em outros tipos de mercados.

Como exemplo prático, podemos citar o caso da Angélica, que recebeu uma proposta para entrar na prostituição, quando chegou em Boa Vista, demonstrando a triste e revoltante naturalização da exploração sexual das venezuelanas no país:

Quando cheguei em Boa Vista, um homem me viu, chegou e pediu se eu tava sozinha, eu não respondi nada, daí ele disse: 'se você quiser ganhar um dinheiro me procura lá na Feira do Passarão, estou todos os dia lá. Você é muito bonita e vai ganhar bastante dinheiro, não é o que você veio buscar aqui no Brasil?' depois descobri que aquele lugar que ele me falou é onde as mulheres que não conseguem emprego vão fazer programa (Angélica apud Gehlen, 2019, p. 109)

Segundo Menezes, 2019, em uma reportagem especial sobre o caso das mulheres venezuelanas imigrantes, elas não ganham mais do que R\$80,00 por programa, assim, em Boa Vista são chamadas de “as Ochentas”, devido ao preço que cobram pelo programa (Menezes; Estrela, 2019). Um exemplo citado pela reportagem é o seguinte: “Em agosto de 2016, nove venezuelanas foram resgatadas pela polícia em uma casa no Caimbé. Eram mantidas sob cárcere privado e obrigadas a trocar sexo por comida” (Menezes; Estrela, 2019).

Percebe-se que é uma situação de extrema estigmatização, que as levam para uma condição de extrema insalubridade. Desse modo, percebe-se que a prostituição para elas é uma estratégia de sobrevivência⁵, diante da ausência de

⁵ Este trabalho parte de uma crítica ao processo de institucionalização da prostituição, compreendendo que nas análises das entrevistas foi possível desenhar a prostituição como forma de sobrevivência em um país escasso de oportunidades, mas além disso, de uma estrutura desigual de gênero, raça, nacionalidade e classe que empurra essas mulheres a prostituição. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que existem mulheres que se identificam como trabalhadoras do sexo, dessa maneira é fundamental reconhecer que muitas dessas trabalhadoras reivindicam o estatuto de

oportunidades formais de empregos, da discriminação interseccional presentes, essa realidade demonstra a alta exclusão social enfrentada, em que seus corpos tornam-se o último recurso para a sobrevivência. Além disso, esse fato reforça os estereótipos negativos associados à imagem da mulher venezuelana, fazendo com que sejam vistas como ameaças morais e sociais, sendo assim, não são vistas como sujeitas a direitos e condições básicas.

A prostituição e a exploração sexual é consequência de um sistema econômico e social que se estrutura sobre mulheres em situações de extrema fraqueza, as colocando apenas como produtos. Essa opressão é agravada no contexto migratório, quando as mulheres se encontram em um situação de extrema vulnerabilidade social, econômica, tornando-as alvos exponenciais de explorações, assim o seu desamparo é transformado em uma forma de lucro.

No entanto, as discriminações não se restringem aos casos demonstrados anteriormente, uma vez que os relatos das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho relatam situações vexatórias envolvendo preconceitos de seus chefes e colegas de trabalho. Esses relatos demonstram que a exclusão vai para além da ausência de oportunidades, mas pela manutenção de barreiras que impedem que elas tenham espaço para a integração no ambiente laboral:

A gente siente que tem mucha discriminación no trabajo. Falam 'a esses venezuelanos tão aqui pra roubar emprego dos otros', ou 'a são protegidos' ou 'a não sabem fazer nada, não sabem trabalhar e ganham o mesmo que a gente', discriminam porque a gente não sabe falar o português direito, e qualquer coisa que acontece 'ah só podia ser venezuelano' sabe, então no trabajo é onde a gente sofre mais discriminación. (Orquídea *apud* Gehlen, 2019, p. 97)

No ônibus [transporte da empresa] eles começam a falar entre eles, principalmente as mulheres [...] cochichando, mas querendo que a gente escute, mui mal da gente sabe, que nosso lugar não é lá, que aquilo não é trabajo de mujer, então as vezes no trabajo a gente tem que falar com o líder sabe, com o supervisor, por causa de coisas que acontecem lá, de

sujeitas de direitos dentro de sua categoria ocupacional. Assim, para além de uma estratégia de sobrevivência diante da crise socioeconômica, a inserção no mercado do sexo pode ser lida como um espaço de agência. Para um aprofundamento sobre a crítica ao estigma e a diversidade desse mercado, ver: PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu, n. 25, p. 7-23, 2005

fofocas, de discriminação...e eu trabajo na embalagem então tem hombre e mujer que fica dizendo pros supervisores que a gente não dá conta, que não consegue embalar direito, e que quer sair antes do horário, mas a gente sai sempre no horário certo porque tem que pegar o ônibus a lãs quatro e meia e não pode trabajar mais do que isso...então ficam dizendo 'sempre eles' 'eles tem preferência', sabe cosas así. Então não é fácil, então eu digo que tem que ter consciência, que todos trabajamos e saímos cansados, e ninguém tem preferência. Todos trabajamos. Então nos primeiros dias elas se aproximavam e conversavam e pediam las cosas pra gente, mas era só pra fazer fofocas, não que se preocupassem com a gente. (Girassol *apud* Gehlen, 2019, p. 97)

Eu estava trabalhando no mercado [...] só que ele [o dono] era muito difícil de trabalhar, ele gritava com a gente, xingava na frente dos clientes, tratava mal [...] aí ele me mandou embora do nada [...] falou que eu não servia pra trabalhar ali, que meu português não era bom, mas falo bem o português [...] ele não gritava assim com todos, mais com as mulheres, mas comigo ele nunca falava com educação.” (Lírio *apud* Gehlen, 2019, p. 97)

Nos primeiros dias a gente se dava todos mui bien [no trabalho] pero aqui são mui fofoqueiros, então, como te disse nós somos iguales como nos otros [...] então nos primeiros dias elas se aproximavam e conversavam e pediam las cosas pra gente, mas era só pra fazer fofocas, não que se preocupassem com a gente, era só pra [...] espicular [...] e com o passar dos dias era só 'oi' e ninguém mais conversava (Camélia *apud* Gehlen, 2019, p. 106)

Dessa forma, o cotidiano de quem está empregado apresenta desafios significativos, a xenofobia fica clara nas declarações delas. A maneira em que são colocadas como o grande problema, o motivo de brasileiros estarem perdendo empregos, ou que elas são protegidas é uma demonstração da tentativa de deslegitimar a competência e os trabalhos feitos por elas. Além disso, são constantes alvos de fofocas e hostilidades, até mesmo da invisibilidade de seus colegas, comprometendo seu bem-estar no trabalho.

Nos relatos, é perceptível a importância da interseccionalidade para que haja um bom desempenho do entendimento das relações de poder e subjugamento dessas mulheres. Nesse sentido, a questão da nacionalidade, ou seja, a xenofobia é exposta no ambiente de trabalho, apresentando a adição da questão de gênero, então, há uma forte combinação para a maneira em que são tratadas em seus escassos ambientes de trabalho formais.

O que se demonstra nesta conjuntura são muitas nuances importantes, elas possuem uma dificuldade de conseguir empregos, e, quando conseguem,

formalmente são empregos com baixos salários. Ou seguem na informalidade, sem direitos e em condições precárias, isso quando não são empurradas a total marginalização, seguem na prostituição. Outrossim, o que foi relatado acima é que, quando estão empregadas, ainda sofrem casos de xenofobia e abuso de poder no ambiente de trabalho.

Assim, a possibilidade de ter um emprego, que é um desejo da maior parte dos imigrantes, partindo do pressuposto que buscam ter melhores condições de vida, torna-se mais um meio de humilhação e dominação para eles. A xenofobia, machismo e precarização laboral se entrelaçam, trazendo inúmeras formas de opressão, impactando diretamente na vida de quem vem forçadamente à procura de oportunidades.

A ideia de demonstrar o exemplo da General Motors (Crenshaw, 2002) é pensar em como podemos inserir o caso para a análise das imigrantes venezuelanas que sofrem a xenofobia e também, o preconceito de gênero. Portanto, como no exemplo, é insuficiente olhar para a situação das migrantes e suas tentativas de estarem empregadas apenas por um único eixo, porque elas estão inseridas em várias esferas de dominação.

Desse modo, ao unir a teoria da interseccionalidade, na qual entrelaça questões discriminatórias, com o estudo de caso proposto, é perceptível compreender a maneira em que o mercado de trabalho atua de forma segregatória. As mulheres que chegam de uma maneira fragilizada em solo brasileiro, acabam sendo inseridas em um sistema que reforça vulnerabilidades, evidenciando a precariedade de oportunidades dignas disponíveis para ocupação.

Em conclusão, a busca por trabalhos no Brasil está imersa em um cenário de injustiças, onde o mercado de trabalho se revela como segregador, assim, existe uma realidade em que muitas imigrantes estão sem uma posição no mercado de trabalho, ou estão inseridas em trabalhos informais.

A análise interseccional expõe essa realidade, demonstrando que isso ocorre por preconceitos, como gênero, nacionalidade, nos quais excluem essas mulheres do contexto econômico formal, sendo muitas vezes a única via de sobrevivência a

exploração sexual e prostituição, portanto o anseio por um emprego digno transforma-se em mais um meio de humilhação e dominação.

Dessa forma, para que haja uma amplitude de entendimento das dinâmicas que as segregações ocorrem, urge a necessidade de entender mais sobre uma temática de extrema importância e que está no cotidiano de imigrantes: a xenofobia.

Como demonstrado, no trabalho é comum que isso ocorra, no entanto, ela transcende o campo laboral e permeia todas as interações em que esse grupo social tenta se inserir. Logo, é de suma importância que essa análise da xenofobia seja feita para o entendimento das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por elas no Brasil.

3.3 XENOFOBIA

De maneira introdutória, pretende-se demonstrar como a inserção dos imigrantes é marcada pelas desigualdades presentes na sociedade brasileira, assim, a nacionalidade passa a ser um fator discriminatório no país, impondo barreiras e reforçando violências contra venezuelanos. A partir de uma análise interseccional, pode-se examinar que as mulheres venezuelanas são marginalizadas na sociedade brasileira, demonstrando a permanência da colonialidade e o modo que as vulnerabilidades se articulam, moldando suas realidades e experiências no Brasil.

A fim de compreender quais são as motivações e como os ataques xenofóbicos ocorrem contra os venezuelanos no Brasil, cabe então, uma definição do que é xenofobia:

A palavra xenofobia vem do grego, da articulação das palavras xénos [chévoç] (estranho, estrangeiro) e phobos [póßos] (medo), significando, portanto, o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar (Albuquerque Júnior, 2016, p. 9).

Então, a etimologia da palavra é categórica para o entendimento de como ele se aplica: o medo do que é diferente, no caso presente, dos que não são nacionais brasileiros, emprega o complexo de inferioridade do outro, sendo ele uma possível ameaça, culminando em uma desumanização do imigrante (Albuquerque Júnior, 2016), assim os discursos e ações de ódio são presentes no cotidiano dos venezuelanos que chegam no Brasil.

O conceito de desumanização, por sua vez, pode ser visto como a inferioridade, exclusão social completa e negação de direitos, gera um cenário intenso de intolerância e marginalização social, na qual os imigrantes não são reconhecidos como sujeitos de direitos, pelo fato de não serem nascidos no território brasileiro. Assim, a violência perante os venezuelanos têm se mostrado uma constante, são inúmeros os casos relatados na mídia brasileira, além dos que serão descritos abaixo, principalmente, em Roraima, o estado que mais recebe imigrantes, devido à sua fronteira terrestre com a Venezuela.

Diariamente, os venezuelanos sofrem com a narrativa de que eles são os grandes infratores e responsáveis pelo aumento da violência, além disso que vieram ao Brasil para roubar os empregos dos nacionais. A chegada deles ao país é atrelada ao descontrole que ocorre em Roraima, ou seja, se há qualquer dificuldade nos aspectos de atenção pública brasileira, como saúde e segurança pública, eles são o motivo, reafirmando uma retórica exclusória e distorcida da realidade (Sarmiento, Rodrigues, 2018).

Diante do cenário marcado pela xenofobia, pode-se entender como o estado brasileiro se estrutura perante a questão migratória. O Brasil, até a questão venezuelana, possuía o Estatuto do Estrangeiro, lei criada em 1980 período delimitado por uma ditadura militar, tendo por vista esse viés, a lei tutelava os imigrantes como possível ameaça à soberania do país (Lisboa, 2023). Desse modo, em 2017, uma nova lei foi firmada conhecida como a Lei de Imigração (nº 13.445/2017), ela inaugurou um novo olhar sobre os não nacionais, buscando consolidar os Direitos Humanos e o escopo da Constituição de 1988 (BRASIL, 2017).

As políticas migratórias, demonstram como o país pode estar preparado ou não para possíveis fluxos migratórios, no entanto, o Brasil não tinha infraestrutura, nem políticas públicas suficientes para o contingente populacional que estava recebendo. Portanto, houve a proposição da Operação Acolhida, aprovada em 2018, na qual, por meio do exército brasileiro, começou a estruturar e controlar a fronteira brasileira, buscando dar apoio aos novos moradores do país. Por conseguinte, é importante ressaltar que a regulamentação da Operação militarizada trouxe um caráter de proteção da soberania nacional, mesmo que essa política visasse trazer um apoio, perante a vulnerabilidade que a população enfrentava (Lisboa, 2023).

Ao observar o atual marco legal brasileiro, pode-se entender que a Lei de Migração tem sua devida importância, por determinar a proteção e inclusão de pessoas imigrantes. No entanto, a vivência cotidiana dos venezuelanos contrasta com os dispositivos legais que deveriam ser garantidos pela lei, que pode ser demonstrada abaixo, nos artigos 3º e 4º:

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes – universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

III – não criminalização da migração;

IV – não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;

V – promoção de entrada regular e de regularização documental;

VI – **acolhida humanitária;**

VII – **desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;**

IX – **igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;**

X – **inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;**

XI – acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

XII – **promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;**

XIII – diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;

XIV – fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;

XV – cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
 XVI – integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;
 XVII – proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;
 XX – migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;
 XXI – promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei.

Art. 4º. Ao migrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
 II – direito à liberdade de circulação em território nacional;
 III – direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
 IV – medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
 VIII – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
 IX – amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
 X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
 XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017, grifo nosso)

Importante ressaltar então, o caráter de repúdio à Xenofobia e ao Racismo (Inciso II), igualdade de oportunidade (inciso III), direitos a contratos trabalhistas (inciso IX), por exemplo, nos quais são violados diariamente pela população brasileira e que dificilmente acarretam em ações efetivas da justiça brasileira perante a esse tipo de situação. Assim, pode-se demonstrar que a própria legislação brasileira tem dificuldade de ser cumprida, uma vez que a realidade vai de encontro com o que é proposto.

Assim sendo, um caso, de destaque, perante um cenário de xenofobia e ausência da afirmação do ordenamento jurídico foi a morte de Eulis Marinho por dois venezuelanos, um terceiro foi atingido por uma facada em Mucajaí, Roraima (G1

RR, 2018). Esse crime levou a um protesto de 300 pessoas, as quais queimaram pneus, mas atitudes contra os venezuelanos se acirraram, quando moradores da cidade entraram em um prédio ocupado por venezuelanos, queimaram seus pertences, rasgaram pacotes de alimento por toda parte e os expulsaram do local, atitudes desordenadas e descontroladas perante pessoas que não estavam envolvidas no crime.

Figura 3: Moradores espalham trigo pelo prédio que os venezuelanos viviam



Fonte: Moradores ateam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio em cidade no interior de RR. G1, 2025. Foto: Marcelo Marques

O episódio citado ocorreu em Mucajaí e levantou um temor de que esses protestos se espalhassem, levando a DPU (Defensoria Pública da União) a solicitar o reforço de policiamento em Boa Vista, devido a um protesto marcado, reforçados pela extrema direita em ascensão no Brasil (Costa, 2018). Por meio de grupos em redes sociais denominados “brasileiros patriotas” pedem que os “manifestantes usem camisas verdes e amarelas ou pretas, que significa o luto pelos brasileiros mortos por eles [venezuelanos]” (Costa, 2018). Esse ambiente fomentou o clima de hostilidade, no qual a nacionalidade passou a ser o fator de discriminação e legitimação de ações violentas.

Paralelamente, é importante ressaltar que os movimentos de extrema-direita foram relevantes para que o ódio contra os venezuelanos fosse potencializado. O

então, ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro teve inúmeras falas polêmicas em relação ao tema, contribuindo para que seus apoiadores engajar práticas e narrativas xenofóbicas contra os venezuelanos, como pode ser visto no trecho abaixo:

Ainda em março de 2018, o pré-candidato Jair Bolsonaro defendeu a revogação da nova Lei de Migração e abertura de campos de refugiados em Roraima, na zona de fronteira, como solução para abrigar venezuelanos que já ingressaram no país. Em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, ele apresentou seu ponto de vista sobre o êxodo de pessoas da Venezuela de Nicolás Maduro: “a elite é a primeira a sair. Essa foi pra Miami. A parte mais intermediária, grande parte foi para o Chile. E agora os mais pobres estão vindo para o Brasil. Nós já temos problemas demais aqui (Mendes; Menezes, 2019, p.304)

Esse trecho demonstra um descontentamento e um desdém contra a população venezuelana que chega ao país. Visando esse posicionamento, Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de mandato (01/01/2019), retirou o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, composta por 23 objetivos, ele foi um marco para a temática, sendo o primeiro acordo feito pelas Nações Unidas que aborda a migração de forma mais abrangente. A saída demonstra um afastamento de acordos internacionais que visam a proteção de imigrantes nas diretrizes globais, reforçando um discurso baseado na xenofobia e criminalização dos imigrantes.

O Pacto tinha como objetivo trazer para o debate e para o âmbito das relações internacionais, promovendo a cooperação internacional, uma governança migratória, mas também, proteger grupos de suas principais vulnerabilidades, como, “flexibilidade na entrada pelas fronteiras, contrabando de migrantes, erradicar o tráfico de pessoas” (OIM, 2023). Ao rejeitar esse acordo, é demonstrada a maneira pela qual os imigrantes são vistos pelo governo: de forma negativa, associada aos estereótipos afirmando que eles trariam ainda mais problemas para o Brasil, conforme o trecho a seguir demonstra:

Através da rede social Twitter, Jair Bolsonaro comentou a decisão: "Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros". Segundo o líder do Executivo, a imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a soberania de cada país. Ele ainda alertou que "quem por ventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura" (CUNHA, 2018, não paginado)

Ou seja, observa-se que o imigrante é contestado, colocado em uma posição de submissão, na qual deve-se respeitar a cultura brasileira de maneira integral. Contudo, em termos gerais, quando há uma inversão da perspectiva, o respeito dos brasileiros perante os venezuelanos e à sua cultura não é sucedido, tendo em vista os inúmeros ataques que sofrem em território nacional, mesmo que por lei, isso não devesse ocorrer.

Portanto, é importante entender e dar ênfase que quando um líder de estado se coloca em uma posição de descumprimento de acordos internacionais e leis federais, ele abre margem para que mais pessoas ajam dessa mesma maneira, virando um ciclo de violências de seus apoiadores contra essa população, na qual já se encontra em uma situação de vulnerabilidade.

Em agosto do mesmo ano, um fato parecido ao descrito anteriormente, ocorreu em Paracaima: um comerciante foi assaltado e agredido por 4 venezuelanos, deixando a cidade em clima de tensão, mais uma vez, toda a população venezuelana do local foi atingida (Félix; Costa, 2018), os moradores se juntaram para acabar com os acampamentos, mas também expulsando os imigrantes da cidade, estima-se que 1,2 mil venezuelanos tenham deixado o Brasil, após os ataques e protestos, principalmente por questão de segurança (Félix; Costa, 2018).

Além disso, segundo a OIM, 2023, em sua Matriz de Monitoramento de Deslocamento na rodada 7, em uma pesquisa feita com 1.356 no estado de Roraima, demonstra que 27% deles relataram ter sofrido violência, sendo que 89% desse grupo afirmou que sofreu xenofobia. Assim, mais uma vez esse grupo que já adentra o Brasil em extrema vulnerabilidade, precisa encontrar novos lugares para

sua instalação, devido a maneira agressiva em que foram tratados aqui e de certa forma, com uma omissão do governo perante a situação.

Os dois casos emblemáticos demonstram com lucidez como a situação dos venezuelanos estava em tensão com os locais brasileiros. Durante esse processo, pode-se entender que o Estado de Roraima não possuía uma estrutura consolidada para receber o contingente que estava adentrando pela fronteira. No entanto, é importante ressaltar que isso não significa a abertura para tratar de forma cruel toda uma população em extrema debilidade por casos de crimes pontuais, os quais deveriam ser julgados pontualmente pela justiça brasileira.

A xenofobia fica exposta nesses casos, a maneira pela qual são tratados, como retratado nos capítulos anteriores, essas pessoas chegam ao Brasil com poucos pertences, o pouco que ganham tentam sobreviver, e por vezes, passam fome. Assim, o simbolismo de protestos que queimam pertences e também estouram alimentos é muito significativo, demonstrando a maneira que os brasileiros se utilizaram de uma das maiores fraquezas desses imigrantes para atingi-los.

A humilhação e a xenofobia são amplamente retratadas pelas imigrantes, como no relato de Tulipa (Gehlen, 2019), abaixo:

Para conseguir ganhar a bolsa de alimentos de uma igreja, tinha que dormir na rua na fila sabe pra conseguir, porque eu alugava muito longe do centro, dava três horas a pé, porque lá perto ninguém conseguiu uma diária, então ia eu e meu filho, a pé, e ficava dormindo na rua, na fila pra conseguir essa ajuda, a gente ficava com bolhas nos pés de tanto caminhar sabe...então numa noite, [...] eu e meu filho estávamos na fila e começou a chover, de noite pensa [fala com ênfase] e em frente tinha um restaurante, e eu e meu filho foi lá se proteger da chuva, ali na área de fora do restaurante sabe, a gente nem entrou, mais pelo meu filho né, pra ele não ficar doente, e então o restaurante chamou a polícia. Pensa só, como se eu fosse bandido, ladrão, e eles chegaram com aquelas coisas, sabe, com armas e com aquele [...] cacete [...] e começaram a gritar: saiam daqui seus imundo, nojentos! Pra fora! E eu comecei a chorar e dizer: mas a gente não está fazendo nada! E eles falaram: não aqui vocês não podem ficar, vão embora! Então tivemos que sair naquela chuva, e não tinha outro lugar pra gente se proteger. Eu chorei muito aquela noite, tive muita raiva, porque a gente não tava fazendo nada [...] e passamos a noite daquele jeito [...] molhados, eu e meu filho ficamos doente depois [...] então foi muito triste e muito chocante pra mim viver aquilo” (Tulipa, 2019 *apud* Gehlen, 2019, p. 94)

No caso, é representativo a maneira em que a polícia tratou essa mãe e um filho, se escondendo da chuva, porque eles têm como função zelar pela segurança, mas qual é a ameaça que uma mãe e um filho, se escondendo da chuva causam para um restaurante? Esse episódio evidencia como a xenofobia se impõe no dia a dia, mesmo eles não apresentando nenhuma ameaça à segurança, estando em situação extrema fragilidade, foram tratados como um alerta de perigo.

Como demonstrado há uma retórica negativa em torno dos venezuelanos que estão em solo brasileiro, de modo que ela é construída através de discursos políticos, mídias sociais, que inflamam o discurso de ódio, encaixando os venezuelanos como invasores do território brasileiro, legitimando atos discriminatórios contra eles, essa construção é um mecanismo de poder que é utilizado para fins de reforços de desigualdades, delimitando fortes hierarquias sociais, nas quais afetam os imigrantes, mas sobretudo, as mulheres.

A xenofobia pode ser lida pelo viés da interseccionalidade pela maneira a qual as mulheres são caracterizadas pela população brasileira, como uma junção dos capítulos anteriores, relacionados a maternidade, a dificuldade de emprego, porque dentre todas as violências a xenofobia é a que caracteriza a exclusão social de determinados grupos estrangeiros, nas quais podem ser propostas de diferentes formas: violência verbal, física, sexual, simbólica, entre outras.

Paralelamente, a xenofobia se constrói por bases de intersecções de gênero, raça, classe, porque vem acompanhada de estereótipos que vão além do preconceito com a nacionalidade, mas se entrelaçam com novos preconceitos, por exemplo: ela está presente na hipersexualização, quando as definem como moralmente inferiores e “sexualmente disponíveis”, ou na dificuldade de encontrarem empregos dignos.

Em outras partes das entrevistas mais casos de xenofobia podem ser demonstrados, revelando a forma recorrente em que essa discriminação esteve presente na trajetória dessas mulheres:

Eu sempre trabalhei de doméstica, limpando casas, e me gusta de fazer isso, faço com prazer e cuido como mi casa, então eu batia de porta em porta e

pedia 'mira, preciso de trabajo, posso limpar su casa', e elas gritavam "aquí no, vá embora pra tu país", 'não quero gente como tu na mi casa, vá embora', 'venezuelana suja não te quiero aquí', 'eu não contrato gente como vocês', 'vocês não são bien vindos aquí' [retrata falas com tom exarcebado e gesticulando] e batiam a porta na cara. Teve uma que me expulsou do pátio da casa dela, e teve outra que queria me pagar com um prato de comida pra limpar toda a casa dela! [fala em tom exaltado] e teve uma que me expulsou do pátio da casa dela, então eu chorava porque nunca tinha passado por isso, e eu pensava assim, eu sou de otro país mas sou gente como eles, porque tratar assim! (Girassol *apud* Gehlen, 2019, p. 91)

Eu nunca sofri violência física lá, mas já sofri muita violência verbal e discriminação, isso já teve muito, mas a pior de todas foi a verbal, foi horrível as coisas que eu tive que escutar. Mulher sofre demais, se a gente é bonita e ta migrando, é porque é prostituta. Não respeitam nosso corpo, não respeitam ninguém (Lírio *apud* Gehlen, 2019, p. 92)

Nos dois trechos acima é possível notar que a classe está muito envolvida com a xenofobia, através de falas e estereótipos firmados em relação a elas, trazendo para o cotidiano práticas humilhantes com um olhar de inferioridade pelos brasileiros. O que demonstra a dificuldade de conseguirem viver em sociedade sem que sejam julgadas. Como evidenciado anteriormente, as mulheres venezuelanas possuem uma dificuldade maior de inserção no mercado de trabalho brasileiro, sendo empurradas para um trabalho à margem da sociedade, como pode ser demonstrado no trecho a seguir:

Em geral, principalmente no caso das migrações de risco e entre as mulheres mais pobres e/ou racializadas, as mulheres são relegadas aos locais mais baixos da estrutura trabalhista, conseguindo emprego especialmente em ocupações feminizadas que foram rejeitadas por mulheres autóctones, como o trabalho doméstico, o trabalho sexual, serviços como a hotelaria ou limpeza ou ainda na indústria têxtil, sendo essas ocupações muitas vezes irregulares e/ou mal remuneradas, sem estabilidade e com menor possibilidade de crescimento em relação aos homens imigrantes ou às mulheres autóctones (Angelini, 2023, p. 34).

A fala de Girassol é simbólica em relação à intersecção trabalho e gênero, uma vez que ela trabalha como doméstica, um trabalho historicamente ocupado por mulheres. Outrossim, ela se viu na necessidade de ir de casa em casa para que pudesse ter alguma oportunidade, devido tamanha dificuldade das mulheres venezuelanas em conseguirem um trabalho digno e formal no Brasil, ao tentar,

sofreu as inúmeras faces da xenofobia e da exclusão de gênero. Inclusive com a fala “não contrato gente como vocês” é importante notar e comprovar que há uma marginalização dessas mulheres no mercado de trabalho.

Por outra perspectiva, mas combinando os fatores, conforme proposto, a questão racial também é importante para entender a xenofobia. Quando o imigrante não possui os padrões brancos, europeus são excluídos da sociedade, vistos como pessoas inapropriadas, logo, o racismo estrutural brasileiro atua fortemente na estigmatização dos imigrantes, fortalecendo preconceitos que já se expõem por sua nacionalidade e que se aliam com o racismo.

O discurso de Lírio, traz a maneira como elas são estigmatizadas como prostitutas, reforçando a dominação e instrumentalização dos corpos femininos, ou seja, além de terem dificuldades de adentrar ao mercado, ainda são colocadas em uma posição de subalternidade e fragilidade marcada pela exploração de seus corpos. Isso sem contar a maneira em que ela coloca as violências sofridas como algo rotineiro em Roraima, levantando mais uma forma da xenofobia ser dada como um fator rotineiro do dia a dia dessas pessoas.

Em consequência, é possível perceber que a discriminação por nacionalidade está em uma rede muito maior e ampla de opressões que essas mulheres passam em seu cotidiano. Logo, a exclusão não se apresenta só na dificuldade da inserção no mercado de trabalho, mas também na violência simbólica e verbal que elas atravessam, em momentos de procura de emprego, ou em seu cotidiano, dificultando sua inserção na sociedade brasileira de maneira plena e digna.

Ademais, a interseccionalidade como base metodológica traz a visão de heterogeneidade nos grupos sociais, porque quando julgadas e marginalizadas são vistas como um grupo homogêneo, sofrem como se todas tivessem as mesmas experiências e condições de vida. Mas suas vivências, são distintas, portanto, essa homogeneidade traz consigo um apagamento das especificidades de cada indivíduo, impossibilitando a compreensão das múltiplas maneiras de opressão que estão sujeitas em suas trajetórias.

A naturalização da classe, raça, nacionalidade é dada como características de um destino que não pode ser mudado, assim, os atributos de cada grupo marginalizado é dado como único. Desse modo, os venezuelanos em território nacional são vistos como perigoso, como pessoas más que vieram ao Brasil roubar as oportunidades dos brasileiros, como se isso fosse algo naturalizado deles, estereotipando um grupo e reforçando discriminações e exclusões sociais (Yuval-Davis, 2006).

Quando se trata das mulheres, o caso é ainda mais delicado, uma vez que há uma marginalização prévia por ser mulher, mas também, juntando ao fato de serem “mulheres venezuelanas”, essas duas características a levam ao patamar de discriminação e violência mais acentuada, como pôde ser visto nos relatos acima. Dessa forma, a lei brasileira que estabelece princípio de igualdade, acolhimento e combate à xenofobia permanece distante do cotidiano das mulheres venezuelanas: a realidade enfrentada é de inúmeras violências.

A interseccionalidade é essencial para revelar que ser mulher, venezuelana, com baixas condições financeiras as tornam um alvo constante de hostilidades, porque esses aspectos se interligam para a reprodução da discriminação. Assim, pode-se entender que a xenofobia contra as mulheres venezuelanas no Brasil é estrutural, sendo demonstrada por violências e expressivas desigualdades.

3.4 RAÇA

Um dos grandes pilares da interseccionalidade é a questão racial, Kimberlé Crenshaw é uma das grandes contribuidoras ao olhar com o viés da interseccionalidade entre raça, classe e gênero na sociedade norte-americana. Desse modo, surge a demanda de integrar a racialidade ao debate que proponho neste trabalho, visando a maneira em que essa temática é relevante e afeta o dia a dia de mulheres venezuelanas no Brasil.

De acordo com dados da OIM (2024) pelo monitoramento do fluxo da população venezuelana, o cenário étnico-racial dessa população ao adentrar a fronteira brasileira é composto da seguinte forma:

A maioria da população pesquisada se reconheceu como morena (61%), seguida por brancos (37%), 1% afrodescendentes e 1% indígenas, sendo estes das etnias Warao, Pemón, Kariña, Macuxi, Caribe, Guaiqueríes / Waikerí, Wayuu e Wuajiro. Cabe salientar que embora o grupo seja pequeno em termos populacionais neste levantamento, a presença da população indígena é relevante por suas peculiaridades culturais e necessidades específicas (moradia, alimentação, saúde etc.) (OIM; BRASIL, Abril de 2024, p. 7).

Os dados acima demonstram que há uma ampla diversidade da população venezuelana no Brasil. Cabe ressaltar, contudo, que os dados facilmente disponíveis sobre essa população e fornecidos pelo governo brasileiro, quase não contemplam sua composição étnico-racial, demonstrando que há uma clara invisibilidade estatística de um grupo, no qual é composto de forma diversa.

Sem a efetivação de dados, as políticas públicas tornam-se difíceis de atender a demanda múltipla que cada grupo possui. Logo, o olhar generalista do governo, perpetua a atual falta de inserção e atenção às necessidades dos que mais necessitam de proteção. Partindo dessa consideração pode-se relacionar a temática com o que Kimberlé Crenshaw propõe no seguinte trecho:

Embora o racismo e o sexismo se intersectem facilmente na vida de pessoas reais, raramente o fazem nas práticas feministas e antirracistas. Assim, quando tais práticas apresentam a identidade como mulher ou pessoa de cor como uma proposição de 'ou/ou', relegam a identidade das mulheres de cor a um lugar que resiste a ser narrado⁶ (Crenshaw, 1991, p. 1242)

Isto é, apesar de notar que o cotidiano dessas mulheres estão marcados por processos de estigmatização, ainda há uma resistência ao considerar os efeitos que esses fatores combinados têm na vida de indivíduos que estão inseridos em um

⁶ Although racism and sexism readily intersect in the lives of real people, they seldom do in feminist and antiracist practices. And so, when the practices expound identify as woman or person of color as an either/or position, they relegate the identify of women of color to a location that resists telling (Crenshaw, 1991, p.1242)

contexto social. Esta relevante contribuição teórica de Crenshaw é uma maneira de indicar como a invisibilidade da combinação de desigualdades é necessária para uma análise macro de vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres. Conforme a análise de entrevistas propostas no respectivo trabalho pode-se notar:

Eu vivi muita coisa, muita xenofobia, discriminação assim por ser uma mulher migrante, por não falar o português, por causa da cor da minha pele. Já me chamaram de preta suja lá em Boa Vista [pausa] e eu nem sou tão preta assim (Rosa *apud* Gehlen, 2019, p. 91)

Minha tia diz que eles discriminam a gente porque somos de outro país e falamos outra língua, mas eu penso que é também por causa da cor da nossa pele, porque eu vejo as pessoas daqui discriminando outras pessoas de pele escura, e que são daqui, de Chapada! [fala a frase com ênfase, exaltada] então eu fico muito triste com isso, por isso que também quero voltar pra Venezuela, porque lá não existe isso de discriminar pela cor da pele que você nasceu. (Lírio *apud* Gehlen, 2019, p. 95)

O caráter no tem a ver com la cor de la pele da persona. Como nós venezuelanos falamos outra língua, nosso caráter no muda por isso, pero no é isso que as personas desta cidade pensam, é o que eu vejo, o que eu sinto.” (Girassol *apud* Gehlen, 2019, p. 109)

O recorte acima foi feito do trabalho de Gehlen, 2019, segundo a autora todas as dez mulheres que são referenciadas no texto se autodeclararam pardas. Importante destacar que a questão racial é interpretada de maneira distintas de uma região para a outra, nas falas retratadas é possível perceber o racismo que sofreram no Brasil e inclusive, a vontade de voltar para a Venezuela, onde demonstram não ter sofrido discriminação por sua raça, reforçando a ideia de que a questão racial atinge de maneira distintas os dois países.

A interseccionalidade está presente de forma considerável na questão da raça, percebe-se na fala de Lírio, por exemplo, a elucidação da xenofobia combinada a raça. A tentativa de entendimento de sua própria condição e realidade também é representativa, por olhar para o Brasil e perceber que o racismo é uma prática comum no país, assim, entendendo sua própria realidade como mulher de cor em um país que esse é um fator hierarquizante.

Nesse sentido, cabe um recorte teórico sobre a história brasileira, o país possui o maior contingente de negros nas Américas, é marcado historicamente pelo

racismo estrutural. Desde a época da colonização, com uma narrativa de imensa dor em uma sociedade hierarquizada em privilégio dos brancos, como afirma o autor Roberto DaMatta (1986) sobre a institucionalidade do racismo presente na sociedade portuguesa e, por conseguinte, na colonização brasileira:

O lato contundente de nossa história é que somos um país feito por portugueses brancos e aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios. Os portugueses já tinham uma legislação discriminatória contra judeus, mouros e negros, muito antes de terem chegado ao Brasil; e quando aqui chegaram apenas ampliaram essas formas de preconceito (Damatta, 1986, p. 31).

A Lei Áurea, assinada em 1888, é dado como marco histórico da libertação dos negros escravizados, e segundo Lélia Gonzalez “nada mais...” (Gonzalez, 2020), porque apesar da libertação ter ocorrido de maneira formal, os negros não passaram por uma inserção social digna, não houve uma redistribuição de renda, ou terras, continuaram em uma posição marginalizada, lutando por seus direitos, como demonstrado no trecho a seguir: “Para nós, homens e mulheres negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato de formalidade legal e continua até hoje” (Gonzalez, 2020, p. 126).

Ademais, cabe-se ressaltar que as mulheres não brancas são marginalizadas e possuem um lugar inferior na hierarquia social, principalmente, pelo fato que raça e sexo são os grandes pilares da pirâmide do *sistema patriarcal-capitalista* (Lélia Gonzalez, 2020). No debate interseccional para o entendimento do escopo de mulheres latinas é necessário entender que elas vivenciam várias opressões combinadas:

Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020, p.145)

Lélia Gonzalez é uma das grandes contribuidoras do feminismo negro latino americano, o aspecto interseccional pode ser amplamente analisado através de sua fala. No sentido de que as latinas não brancas são subjugadas por cor, gênero e como esses fatores são hierarquizantes, ou seja, organizam a sociedade de forma desigual, elas são impedidas de ascenderem socialmente, relacionando o fator de classe, no qual marginaliza essas mulheres a trabalhos com baixa remuneração.

Assim, ao analisar a questão venezuelana é perceptível que há uma persistência da lógica colonial no Brasil, principalmente, devido à permanência de uma hierarquização racial. Os corpos femininos racializados sofrem constante violação e dificuldade de inserção na sociedade brasileira, além disso, uma exploração econômica, uma vez que ocupam trabalhos marginalizados.

Outrossim, a história da migração para o Brasil também é marcada pelo racismo. A partir de 1890-1930 houve um amplo incentivo brasileiro para a vinda de imigrantes europeus ao Brasil, ao buscarem nova mão de obra para a substituição das pessoas em situação de escravidão, uma vez que houve a assinatura da Lei Áurea em 1888, dessa forma, na literatura de Rocha, 2022, pode-se entender que esse reforço na vinda de imigrantes europeus se deu por dois motivos principais:

A propaganda em favor da importação do trabalhador europeu possuía duas faces que se complementavam: uma que retratava o europeu como “raça” superior, como elemento vinculado ao progresso e à modernidade, apoiada nos escritos científicos que brotavam a cada dia com teorias que reforçavam o estereótipo; a outra face da mesma propaganda era a degradação da imagem dos negros que eram retratados como marginais, selvagens, criminosos, dados às superstições, à degradação sexual e ao crime (Rocha, 2022, p. 39).

O fato de existir um grande contingente de negros e mestiços no Brasil, alavancou a ideia de embranquecimento populacional. Os brancos, conforme a hierarquia europeia portuguesa, eram considerados seres superiores, desse modo, o país passou-se a incentivar a imigração de europeus ao seu território para a ocupação de trabalhos que antes eram ocupados por negros escravizados, reforçando aspectos culturais, sociais e políticos do racismo estrutural.

Além disso, os negros eram desumanizados, a visão que colocada era de que eles impediam o progresso brasileiro, por serem taxados de marginais, criminosos (Rocha, 2022) assim, a ideia civilidade brasileira passou a ser empurrada de forma racista, considerando que apenas os brancos poderiam contribuir para que o país tivesse sua modernização. Dessa forma, houve uma perpetuação dos ideais coloniais portugueses no Brasil, os quais preservaram significativas estruturas discriminatórias, as quais ainda hoje têm efeitos significativos na exclusão de pessoas racializadas em território nacional.

Outro conceito importante para entender os preconceitos no Brasil foi construído por Gilberto Freyre nos anos 1930 com o mito da democracia racial, essa construção traz a ideia de que todas as pessoas são iguais, ou seja, os negros são cidadãos quaisquer (Gonzalez, 2020), como os brancos e convivem harmoniosamente e que a miscigenação brasileira ocorreu de maneira positiva, sem que houvesse atrito entre raças e etnias.

A problemática surge exatamente desse ponto, porque os negros nunca foram considerados iguais, eles foram historicamente marginalizados e hostilizados, pelos brancos que detêm a estrutura de poder em suas mãos e reforçam a hierarquia e estrutura racial no Brasil, desse modo, não tem como haver uma igualdade plena entre eles, se há uma clara desigualdade de oportunidades e realidades, segundo DaMatta (1986):

(...) temos um “triângulo racial” que impede uma visão histórica e social da nossa formação como sociedade. É que, quando acreditamos que o Brasil foi feito de negros, brancos e índios, estamos aceitando sem muita crítica a ideia de que esses contingentes humanos se encontraram de modo espontâneo, numa espécie de carnaval social e biológico. Mas nada disso é verdade. (Damatta, 1986, p.31)

As teses referentes ao determinismo racial foram altamente propagadas nesse período histórico, trazendo em suas teorias a reafirmação da superioridade branca, o Brasil construindo seu nacionalismo e se constituindo como uma nação independente, seguiu com ideários de sua colônia europeia, porque ao seguir o padrão europeu, o país teria progresso e seriam civilizados, mas para isso, era

necessário que o país possuísse maior contingente populacional branco, assim apoiaram massivamente a vinda de cidadãos europeus para o dito “branqueamento populacional”.

Esses fatores se confluem para a criação de um imaginário negativo sobre as pessoas negras no Brasil, essa ideia se postergou e é sentida atualmente. Apesar do branqueamento populacional não se tornar realidade, uma vez que o Brasil possui o maior contingente de pessoas negras na América. A ideia sobre a superioridade branca ainda se perpetua como ideologia no Brasil, portanto, além da dificuldade dos negros brasileiros ocuparem espaços, também é difícil para imigrantes racializados, nos quais são considerados indesejados ainda hoje.

Partindo dos pressupostos acima, a inserção de imigrantes racializados é de extrema dificuldade, porque atualmente ainda são visados como pessoas “indesejadas”, diferentemente de pessoas de países do norte global, há sim um racismo declarado no quesito migratório brasileiro. Ademais, as mulheres são as que mais sofrem perante essa estrutura, uma vez que seus corpos tornam um objeto de desejo, o conceito de “mulher latina” são explorados na questão migratória, por isso por vezes em seus discursos notavam o assédio e eram convidadas, ou taxadas de prostitutas.

A realidade é extremamente categorizada de forma negativa: o julgamento, a dificuldade de conseguir empregos, a subalternização dos corpos feminino, demonstram como as temáticas se interrelacionam, através de formas de violências. Assim, as mulheres venezuelanas acabam por se deparar com fatores que não estavam presentes em seu dia a dia em seu país de origem, mas que no Brasil são questões historicamente comuns.

Por fim, pode-se compreender então que as imigrantes venezuelanas vivenciam uma xenofobia atravessada pelo racismo, potencializada pelo fato delas serem mulheres. A formulação de estereótipos coloniais europeus historicamente incorporados pela sociedade brasileira, reproduzem um cenário de racialização e hipersexualização de corpos latinos, considerados como inferiores e disponíveis,

desse modo, as mulheres venezuelanas são inseridas em uma realidade de dominação e exclusão no contexto migratório brasileiro.

Portanto, a imigração para o Brasil não ocorre de maneira neutra; ao chegar no país os imigrantes encontram uma sociedade assinalada por fortes desigualdades raciais, as quais delimitam e são limitantes na inserção social, laboral desses imigrantes no país. Ao dar enfoque a questão de gênero, a partir da análise interseccional, evidencia a persistência da colonialidade brasileira na maneira em que se enxerga a imigrante, perpetuando o racismo e xenofobia, sendo as mulheres o grupo social base do sistema patriarcal capitalista, sofrendo com estigmatização de seus corpos, violências e a intensificação das barreiras estruturais, revelando que os mecanismos de poder continuam a produzir desigualdades e vulnerabilidades para as mulheres imigrantes racializadas.

4. CONCLUSÃO

A partir da análise proposta neste trabalho é possível compreender como a proposta interseccional, que visa trazer diferentes aspectos para examinar o cotidiano das mulheres, pode ser inserida na temática migratória proposta. Tendo em vista este aspecto, o texto busca desenvolver as múltiplas desigualdades enfrentadas pelas mulheres venezuelanas com enfoque na situação brasileira. A perspectiva interseccional foi utilizada para o entendimento das questões de gênero, raça, classe, nacionalidade e maternidade, evidenciando que esses fatores se convergem formando uma estrutura combinada de discriminações.

Assim, é possível elucidar que a mobilidade feminina precisa ser analisada para além das questões migratórias, mas entendendo o contexto que elas enfrentam, perante uma sociedade historicamente hierarquizada e machista. Em virtude disso, buscou-se integrar as narrativas das mulheres venezuelanas para a análise múltipla de suas trajetórias, demonstrando através de duas vivências o quão árduo é o processo de deixar seu país de origem em busca de melhores condições.

Esse retrato demonstrou que existem inúmeros desafios materiais e emocionais ligados ao processo migratório, de forma que ao chegarem ao Brasil em extrema vulnerabilidade, devido às condições prévias, pelas quais estão inseridas na Venezuela e que as forçaram a buscar um novo local de moradia. Portanto, precisam enfrentar as inúmeras estigmatizações presentes na sociedade brasileira, partindo de ideais racistas, xenófobos, classicista, por fim, até mesmo a forma de maternar delas é julgado e visto como um fator negativo.

A presente análise permitiu destrinchar inúmeros aspectos e a dificuldade de inserção dentro do Brasil, ainda que cada trajetória possua sua própria identidade e motivação, é possível entender que existem fatores comuns. Como, por exemplo, a desigualdade, a sexualização de seus corpos, o medo de não se adaptarem e até mesmo, por vezes, a vontade de voltar à Venezuela, devido a dificuldade que se tem em estar em novo país, com novas culturas, mas que sobretudo, as veem de forma

negativa, como pessoas inferiores, que não são dignas de direitos, ou que estão no Brasil por motivações negativas.

A realidade apresentada na análise contrasta com a ideologia e a imagem brasileira, perante a imigrante venezuelana, demonstrando que essas mulheres sofrem diariamente para conseguirem alguma posição trabalhista, que relatam ter sofrido fome, ou de não terem um local para se abrigarem com seus filhos, quando chegaram no Brasil. Assim, a maneira em que são colocados à margem da sociedade reforçam estereótipos e dificultam que elas encontrem no Brasil uma estadia digna.

Portanto, o enquadramento dessas mulheres são diversos, assim como suas motivações migratórias, pode-se evidenciar que a maternidade para elas opera como um fator exclusório, seja por estarem com eles no Brasil, ou por manterem seus filhos na Venezuela. Essa confluência revela que, mães possuem uma maior dificuldade na inserção de trabalho, mas não só isso, as mulheres venezuelanas no geral, propõem essa dificuldade, relatam xenofobia ao tentarem se inserir no mercado, ou já inseridas. A xenofobia é um elemento central na vida delas, sofrendo com ela em diferentes formas e em conjunto a ela, muito se tem do racismo brasileiro, que é estruturalmente mantido nas relações de poder.

Em suma, há então uma permanência de preconceitos enraizados contra alguns imigrantes no Brasil, sendo uma herança colonial marcada por componentes raciais, o que se designa na atualidade com a questão venezuelana. Adentrando às questões de gênero, as mulheres são as que mais sofrem com esse cenário, partindo do fato que são mulheres e que esse simples fato já traz consigo desigualdades, mas além de tudo, são marcadas por serem latinas, consigo vem o estereótipo e a sua hipersexualização, a dominação dos corpos femininos é uma realidade para elas, dificultando sua condição social e econômica no país.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sergio; APARECIDO, Julia Mori. Pulsos e Impulsos: eventos chave, gatilhos e percepções na engrenagem da violência contra migrantes venezuelanos no Brasil e no Equador. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 13, n. 25, p. 108–142, 2024. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17238>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ADELANTE — A luta das venezuelanas refugiadas no Brasil. Direção: Luiza Trindade; Roteiro: Luiza Trindade, Hugo de Araújo. [S.l.]: Projeto Celina; O Globo, 2020. Documentário. 29 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GEUC-PI_nQ . Acesso em: 02 dez de 2025

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <https://leges.ufc.br/wp-content/uploads/2023/03/xenofobia-durval-muniz.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025

ALMEIDA, Lígia Moreira; CALDAS, José. Social Determinants of Health in Pregnancy, Postpartum and early Motherhood: the impact of Migration. **methaodos.revista de ciencias sociales**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://www.revista.methaodos.org/index.php/methaodos/article/view/43>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ANDRADE, Cristiane Batista. Migrações e mulheres: o que podemos aprender a partir da interseccionalidade? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210473, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832022000100701&lng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ANGELINI, Letícia Neves. **As implicações do gênero e da raça na inserção de imigrantes venezuelanas no mercado de trabalho brasileiro**. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41144>>. Acesso em: 30 nov. 2025

ANGELINI, Letícia Neves. **Venezuelanas no Brasil: um estudo sobre gênero e etnia nas experiências migratórias**. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30949>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice De Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, p. e202113, 2021. Disponível em: <<http://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CIURLO, Alessandra. Género y familia transnacional. Un enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 12, n. 13, p. 127, 2014. Disponível em: <<https://www.revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/158>>. Acesso em: 30 nov. 2025

Collins, P. H. (1998). It's All in the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation. **Hypatia**, 13(3), 62–82. <http://www.jstor.org/stable/381069>

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Emily. **Defensoria alerta polícias para risco de confronto entre brasileiros e venezuelanos durante protesto em Boa Vista**. G1 RR, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/defensoria-alerta-policias-para-risco-de-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos-durante-protesto-em-boja-vista.ghhtml>.

COSTA, Ricardo; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Relações étnicorraciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639** Organizadores. Disponível em: <https://www.academia.edu/6399072/Rela%C3%A7%C3%B5es_%C3%A9tnicorraciais_na_escola_desafios_te%C3%B3ricos_e_pr%C3%A1ticas_pedag%C3%B3gicas_ap%C3%B3s_a_Lei_10_639_Organizadores>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Crenshaw, Kimberlé. "A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero." VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem 1.1 (2004): 7-16.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 01, p. 171–188, 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026x2002000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Crenshaw, Kimberle. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color." **Stanford Law Review** 43, no. 6 (1991): 1241–99. <https://doi.org/10.2307/1229039>.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 31.

DORNELAS, Paula. “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. Périplos: **Revista de Estudios sobre Migraciones**, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218>. Acesso em: 30 nov. 2025.

EREL, Umut. Reframing migrant mothers as citizens. **Citizenship Studies**, v. 15, n. 6–7, p. 695–709, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13621025.2011.600076>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FÉLIX, Jackson; COSTA, Emily. **Pacaraima tem ruas desertas após confronto entre brasileiros e venezuelanos**. G1 RR, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-s-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: dia mês ano.

FRAINER, Suelen; TOLFO, Suzana Rosa. O TRABALHO DECENTE E A IMIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA VENEZUELANA: PERSPECTIVAS E PARADOXOS. **Revista de Administração FACES Journal**, 2024. Disponível em: <<https://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/10024>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

G1 RR. **Homens são mortos por espancamento e golpe de faca em Mucajaí, Sul de RR**. 18 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/homens-sao-mortos-por-espancamento-e-golpe-de-faca-em-mucajai-sul-de-rr.ghtml>. Acesso em: dia mês ano.

GEHLEN, Rubia Geovana Smaniotto; LANGENDORF, Tassiane Ferreira; VIEIRA, Letícia Becker; et al. Vulnerabilidades de mulheres venezuelanas refugiadas: violências e relações sociais interseccionais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, n. spe, p. e20220430, 2023. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342023000200409&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1a reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar Editora Schwarcz, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. **Por que “raça**, p. 151-188, 2007.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. "I'M HERE, BUT I'M THERE": The Meanings of Latina Transnational Motherhood. **Gender & Society**, v. 11, n. 5, p. 548–571, 1997. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124397011005003>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

IAGNECZ, Rachel de Souza Fonseca. **Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021. L13445. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 30 nov. 2025.

LISBOA, Andressa Beatriz Cardoso. **A interiorização na Operação Acolhida: migrações internas de venezuelanos no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39431>>. Acesso em: 30 nov. 2025

LUGONES, M.. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/?format=html&lang=pt#top>. Acesso em: 11 jan. 2026

MACKINNON, Catharine A. **Trafficking, prostitution, and inequality: The centrality of gender**. Why gender, 2021.

MARQUES, Elis Moura; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS ENFRENTADAS POR MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 52–67, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/28317>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MELO, Bruna Carvalho Badaró de. **Migração sul-sul: Uma análise crítica do discurso sobre a construção midiática dos refugiados venezuelanos no Brasil**. Revista da EMERJ, v. 25, n. 2, p. 83–110, 2023. Disponível em: <<https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/article/view/530>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MENDES, Cláudia Polliana Silva; SANTOS, Maricelma Alves dos; BRITO, Marcelo; et al. Os desafios da integração local das mulheres refugiadas venezuelanas no Brasil. **Revista do Ministério Público Militar**, v. 50, n. 41, p. 219–248, 2023. Disponível em: <<https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/371>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. **POLÍTICA MIGRATÓRIA NO BRASIL DE JAIR BOLSONARO: “PERIGO ESTRANGEIRO” E RETORNO À IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 247, p. 302–321, 2019. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/568>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MENINE, Brenda Pereira. **Venezuelanas no Brasil: interfaces da comunicação em experiências migratórias**. 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247567>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, v. 10, n. 22, p. 53–70, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/83376>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Ministério do Trabalho encontra imigrantes venezuelanos em situação irregular de trabalho**. Agência Gov/ EBC, São Paulo, 08 fev. 2024. Disponível em: agenciagov.ebc.com.br. Acesso em: 15 jun. 2025.

MONTE, Izadora Xavier Do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 59–80, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025

Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-ateiam-fogo-em-objetos-e-expulsam-venezuelanos-de-predio-em-cidade-no-interior-de-rr.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MOURA, Alana Mendes de. **Trabalhadoras Sexuais Imigrantes Venezuelanas: Uma análise pela ótica de Catharine MacKinnon**. 2024.

NASCIMENTO, Mariângela Moreira. Imigração da Mulher Latina no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22649>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM Brasil. **Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular**. 2023. Disponível em:

<https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regulada>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **DTM 2023 RR**. 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-04/DTM-2023-RR.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Menos de 10% dos venezuelanos no Brasil conseguem emprego formal, estima OIM**. Organização Internacional para as Migrações – Escritório no Brasil, Brasília, 27 mai. 2019. Disponível em: brazil.iom.int. Acesso em: 15 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Resumo executivo – **Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a população indígena do fluxo venezuelano no Brasil – 2ª rodada**. Brasília, DF: OIM, 2023. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

PEIXOTO, Arnelle Rolim; CAVALCANTI, Camilla Martins; DE SENA, Kananda Beatriz Pinto. A presença dos refugiados do século XXI no Brasil: uma leitura da xenofobia a partir do discurso da crise econômica. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 63, 2023.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 25, p. 7–23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644699>. Acesso em: 11 jan. 2026.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

PLETISKAITZ, Katiúcia; SALVA, Sueli. **Maternidade e interseccionalidade**: As implicações de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea. *Memórias, arte e (re) existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos*, p. 64, 2022.

RAMOS, Marien. Quase 68% dos imigrantes não estão inseridos no mercado de trabalho, diz pesquisa. *CNN Brasil*, 21 abr. 2024 (atualizado 22 abr. 2024). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/quase-68-dos-imigrantes-nao-estao-inseridos-no-mercado-de-trabalho-diz-pesquisa/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

RAMOS, Natália. Gênero e migração – questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. In: **FAZENDO GÊNERO 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 23 a 26 de agosto de 2010

ROCHA, Elaine Pereira. MIGRAÇÕES NEGRAS NO BRASIL. **Revista Brasileira do Caribe**, 2022. Disponível em: <<https://cajapio.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/19660>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ROCHA, Marina Vasconcellos. **Tornar-se mãe entre culturas**: a vivência da maternidade na migração. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62627/62627.PDF>.

ROSABONI, Karen Carvalho; FERNANDES, Maria Eduarda De'Carli Santos Moury; PEÇANHA, Carolina Becker. MULHERES VENEZUELANAS NO ESTADO DE RORAIMA: DESAFIOS DE PROTEÇÃO DIANTE DA NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONAIS. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 26, n. 1, p. 89–96, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/12157>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SANTOS, Sheila Caroline Souza. **VULNERABILIDADE NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL**: EXPERIÊNCIA DE MULHERES VENEZUELANAS EM SERGIPE. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41290>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SARMENTO, Gilmara G. S.; RODRIGUES, Francilene S. **Entre a acolhida e o rechaço**: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coords.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 242–249.

SCALABRINIANAS. **13 etnias indígenas da Venezuela vivem no Brasil, mostra estudo**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://scalabrinianas.org/13-etnias-indigenas-da-venezuela-vivem-no-brasil-mostra-estudo/>.

TAKEI, Roberta. **Ser mãe e migrante**: as várias faces da maternidade em contexto estrangeiro. In: BASTOS, Ana Cecília de Sousa; PONTES, Vívian Volkmer (org.). *Nascer não é igual para todas as pessoas*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 199-216. ISBN 978-65-5630-193-8.

Visão Mundial Brasil. **Estudo de linha de base: meios de vida e proteção**. [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://visaomundial.org.br/publicacoes/estudo-de-linha-de-base-meios-de-vida-e-protecao>. Acesso em: 30 nov. 2025.

WORLD BANK. *Afrodescendentes na América Latina*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/region/lac/publication/afrodescendants-in-LAC>. Acesso em: 30 nov. 2025.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, p. 193–209, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350506806065752>. Acesso em: 30 nov. 2025.